

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

A INDIVIDUALIDADE DE CRIANÇAS PELA ÓTICA DE PSICÓLOGAS DE
ABRIGOS

CAMILA MENEZES LIMA

São Paulo
2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

A INDIVIDUALIDADE DE CRIANÇAS PELA ÓTICA DE PSICÓLOGAS DE
ABRIGOS

CAMILA MENEZES LIMA

Trabalho de Conclusão de Curso,
exigência parcial para graduação
no curso de Psicologia, sob
supervisão da Prof^a. Dra. Fúlvia
Rosemberg.

São Paulo
2014

AGRADECIMENTOS

Entregar este Trabalho de Conclusão de Curso significa muito mais que concluir um requisito acadêmico. É a significação de uma fase da vida concluída, o primeiro passo para o futuro que me espera fora da graduação. Sei que durante todo esse processo tive o apoio e a ajuda de muitas pessoas, anjos que entram em nossas vidas.

Dedico este TCC, primeiramente, à minha família: à minha mãe que sempre deu asas aos meus sonhos e me fez acreditar que tudo é possível se dispormos de dedicação, força e amor; ela que sempre foi minha eterna companheira, meu exemplo de vida, minha mãe e meu pai, jornada dupla. À minha irmã Fernanda, que é a melhor do mundo, com sua doçura deixa qualquer situação mais leve e é a alegria da casa.

Ao meu namorado, Herbert, que me ouviu dizer muitas vezes que não conseguiria, me acolheu nos momentos que eu só conseguia chorar, teve uma paciência invejável e foi a pessoa que estava sempre ali para dizer que eu sou capaz e que acreditava em mim.

Às minhas amigas, Beatriz, Camila e Gabriela que estão comigo na rotina universitária, perdoaram minhas ausências, ouviram minhas reclamações, deram puxões de orelha, mas também deram os melhores abraços e debates que alguém poderia ter. Amigas que quero levar para vida.

À minha orientadora, Fúlvia, pelo pouco que pude aprender de tanto que tenho convicção que ela tem para ensinar. Obrigada pelo direcionamento, referências, correções de texto e pequenas broncas que foram essenciais para a conclusão deste trabalho.

Ao parecerista que lerá este trabalho, oferecendo sua disponibilidade e experiência que com toda certeza contribuirá para a evolução desta pesquisa.

Às psicólogas que se disponibilizaram para realização das entrevistas necessárias, acenderam ainda mais a chama que tenho por este tema.

“Ela acreditava em anjo e, porque acreditava, eles existiam.”

- A hora da estrela, Clarice Lispector.

LISTA DE ABREVIações

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SAC – Serviço de Ação Continuada

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Autora (o): Camila Menezes Lima

Título: A individualidade de crianças pela ótica de psicólogas de abrigos.

Ano: 2014

Orientadora (o): Prof.^a Dr.^a Fúlvia Rosemberg

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo investigar como psicólogos(as) que atuam em instituições de abrigos apoiam expressões da individualidade em crianças usuárias desse serviço, considerando-os como espaços coletivos, quais são as estratégias que utilizam e as dificuldades enfrentadas. Optou-se pelo método qualitativo e a pesquisa realizou duas entrevistas semi-estruturadas com psicólogos(as) de abrigos localizados na cidade de São Paulo. Buscou-se, nas entrevistas, identificar as práticas de fortalecimento e reconhecimento da individualidade das crianças abrigadas. As entrevistas foram analisadas usando-se enfoques teóricos da Psicologia do Desenvolvimento referentes aos conceitos de personalidade e resiliência. Foram adotadas normas éticas de acordo com a Resolução número 466, de 12 de dezembro de 2012. A pesquisa contextualiza os abrigos do Brasil, tomando como base o relatório de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): “Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC”.

Palavras-chave: individualidade, abrigo, instituição, psicólogo, crianças.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	7
1. TEORIA.....	10
1.1 – Teoria do desenvolvimento da Personalidade.....	10
1.2- O enfoque da resiliência	15
2 . O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO: ABRIGOS NO BRASIL	24
3. O QUE AS PSICÓLOGAS DOS ABRIGOS FALAM	29
3.1- Procedimentos.....	29
3.1.1- Escolha dos sujeitos	29
3.1.2 – Cuidados éticos	29
3.1.3– Entrevistas	30
3.1.4 – Procedimento de análise.....	33
3.2- Resultados.....	33
3.2.1- Apresentação das entrevistadas e entrevistas	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53
ANEXO 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	55
ANEXO 2: ENTREVISTA 1.....	56
ANEXO 3: ENTREVISTA 2.....	64

INTRODUÇÃO

A pesquisa que sustenta este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo apreender como psicólogos(as) que trabalham em instituições de abrigo lidam com a individualidade de crianças e adolescentes internados. A questão que pretende responder é como os abrigos atuais apoiam a individualidade de crianças e como isso é feito dentro do ambiente coletivo. Busca-se destacar a importância das medidas que tratam a individualidade, fomentar o intercâmbio de experiências no uso desses procedimentos, visando difusão e eventual replicação em instituições de abrigo em São Paulo.

Para que esta pesquisa fosse possível duas psicólogas que trabalham em abrigo na cidade de São Paulo foram entrevistadas. Foi necessário efetuar uma breve síntese sobre o contexto social dos abrigos brasileiros. Para tanto, usei como base bibliográfica o “Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da Rede de Serviço de Ação Continuada”, pesquisa baseada nos critérios estabelecidos pelo ECA. Os enfoques teóricos utilizados foram da Psicologia do Desenvolvimento, focalizando os conceitos de personalidade e resiliência.

Consideramos, nesta pesquisa, o reconhecimento e o fortalecimento da individualidade como componentes indispensáveis na constituição da formação de sua personalidade, visando sua formação como um cidadão, com desejos e poder de escolha, não apenas massificado e passivo à rotina institucional. Neste sentido, consideramos que o reconhecimento da individualidade permite que crianças consigam desenvolver sua autonomia e enfrentar com resiliência vicissitudes do abrigamento. Para isso, é necessário que elas vivenciem experiências variadas, consigam ter a oportunidade de testar suas habilidades, descobrir suas preferências e conservar sua história (que, muitas vezes, é ignorada nos abrigos). Deste modo, elas poderão reconhecer sua individualidade e constituir seu eu, como se percebem, “quais são as minhas coisas”, “meus gostos”, “minha história de vida”, “minhas cores favoritas e preferências” (PRADA, 2007). Cynthia G. Prada (2007), em “Abrigos para crianças e vítimas de violência doméstica: funcionamento relatado pelas crianças e pelos dirigentes”, relata que, ao pesquisar diferentes abrigos, na comparação entre eles, ao observar em quais os usuários teriam suas próprias roupas, sua cama e objetos pessoais, conclui que muitas crianças não podem permanecer com seus objetos próprios e que alguns lugares disponibilizam apenas um armário que é usado por todos, ou seja, não ocorre o uso de roupa individual. Para ela, tal procedimento acarretaria prejuízo no

desenvolvimento da autonomia da criança, limitando suas possibilidades de construção de sua individualidade (PRADA, 2007)

O texto “Abrigo e abrigados: construção e desconstruções de estigma”, Lygia Santa Maria Ayres (2010), traz como tema principal o estigma que crianças e jovens carregam por permanecerem numa instituição, ou seja, é lhes atribuída uma identidade particular que estabelece limites na forma de ser do indivíduo. Deste modo, a autora indica que na institucionalização, a criança “perde” sua identidade e passa a ser vista socialmente como uma criança abrigada, da qual se esperam expressões de agressividade e mau desempenho escolar, assim, aprisionando-as em determinadas formas de ser. Portanto, o estigma, uma identidade social imputada, define previamente as características do estigmatizado, implicando numa homogeneização das crianças que, muitas vezes, são vistas a partir de rótulos sociais, rótulos que esperam um determinado comportamento, geralmente relacionado com a violência ou agressividade.

À pessoa que possui um determinado estigma não é só atribuído um tipo especial de característica, como também é exigido dela que se manifeste no mundo dentro desta identidade forjada. (AYYRES, 2010, p.429)

Inversamente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que crianças e adolescentes sejam considerados como sujeitos de direitos nos diversos contextos sociais em que vivem, inclusive nos abrigos. Porém, o abrigamento é visto socialmente como um prejuízo para quem dele precisa e, na prática, acaba não sendo o local de acolhimento e cuidado que deveria ser. Participar do movimento da melhoria dos abrigos é a meta política deste TCC.

Meu interesse pelo tema de abrigamento surgiu de uma aula da disciplina de Psicologia Social, na qual os alunos deveriam ler textos referentes a situações sobre a realidade brasileira de crianças e adolescentes abrigados, relacionando-os com o ECA. O texto lido na ocasião foi “Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes” de Dorian Mônica Arpini (2003). A partir da leitura e do debate em aula, pude refletir sobre os estigmas sociais carregados por crianças e jovens abrigados. Um aspecto que chamou minha atenção foi o fato de que o abrigo passa a ser um ambiente marcante em suas vidas e, eventualmente, orienta a perspectiva de vida daquela criança e da sua constituição como cidadão e indivíduo na sociedade. O texto de Arpini (2003) me provocou tais reações porque relata uma pesquisa em que crianças e jovens foram questionados sobre suas vidas dentro da instituição e, muitos deles, declararam que o abrigo é um ambiente de proteção contra a

violência. A pesquisa mostra que os frequentadores do abrigo mantêm uma boa representação do espaço institucional: por exemplo, lembram do período em que estiveram internados como um momento bom da vida, quando sentiam que estavam protegidos. Porém, o abrigo ainda evoca uma representação social que estigmatiza aqueles com ele relacionados.

A partir do texto de Arpini (2003), pude apreender que, apesar dos usuários representarem, em sua maioria, o ambiente como protetor contra a violência, não ocorre com frequência uma disposição dos educadores que ali trabalham para a escuta das crianças. Ou seja, dificilmente ocorre o processo de elaboração do passado, do porquê elas estão vivendo no local e da história de cada uma. Além disso, a convivência entre pares é pouco incentivada, não se destacando, assim, a importância de relações interpessoais. Desse modo, podem surgir conflitos com relação ao sentimento de aceitação pelo grupo social e o sentimento da individualidade; diante desse afastamento da elaboração do passado juntamente com a ausência de escuta, a dificuldade de vínculo permanece, e, ao mesmo tempo a dificuldade de se reconhecer dentro do grupo também é constante.

Todo e qualquer abrigo deveria ser um ambiente de formação e construção de cidadãos, onde a criança consiga lidar com a separação do ambiente familiar temporariamente e, possivelmente, ter condições de retornar para o mesmo se a família estiver preparada para isso. Portanto, o olhar para o indivíduo é necessário para que os mesmos possam desenvolver suas possibilidades e exercerem seus direitos de cidadãos quando saírem do abrigo. Se, no plano normativo, a Psicologia aponta a importância do reconhecimento da individualidade de cada criança, como traduzir ou se traduz a norma na prática social? Por este motivo, estudando o apoio à individualidade no ambiente dos abrigos, poderei contribuir para que a importância da mesma seja destacada no âmbito de política pública em São Paulo. Hoje atuo como estagiária em um abrigo para gestantes adolescentes, o que incentiva ainda mais minha atenção para conhecer e compreender a expressão da individualidade. Além disso, avisto a possibilidade de, posteriormente, trabalhar em abrigo.

Este TCC contém três capítulos e considerações finais. O primeiro capítulo apresenta as teorias que tomei como embasamento; o segundo capítulo relata brevemente o contexto social e histórico dos abrigos no país e o terceiro capítulo apresenta a voz das psicólogas entrevistadas descrevendo o método utilizado, os resultados obtidos com as entrevistas e a análise da mesma. Nas considerações finais, relaciono os resultados com as referências bibliográficas e faço comentários pessoais.

1. TEORIA: DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE E RESILIÊNCIA

Este capítulo sintetiza os enfoques teóricos orientadores desta pesquisa e contém dois tópicos: no primeiro será apresentado o embasamento teórico a respeito das teorias do desenvolvimento da personalidade e no segundo o conceito de resiliência.

1.1– Teorias do desenvolvimento da Personalidade

Em nosso cotidiano, frequentemente nos deparamos com crianças que já manifestam diferentes personalidades, diversas maneiras de lidar com determinado acontecimento. Helen Bee (1984) debate acerca dessas diferenças, baseando-se em autores diferentes e em sua própria percepção. A partir de uma observação feita por ela numa escola, foi notado que as crianças interagiam com o ambiente e com o mundo de maneiras diversas, desde muito pequenas. Em seu relato, a autora destaca uma criança que conversava com muitas crianças e decidia, imediatamente, com quem e com qual brinquedo iria brincar. Em contrapartida, observou, também nesse mesmo ambiente, outra criança que permanecia apenas com uma criança no canto do pátio da escola.

A partir dessa observação a autora inicia um debate a respeito da personalidade das crianças que manifestam padrões de reações e interações com o ambiente e com as outras pessoas de maneira muito específica, sendo esse modo específico (personalidade) que pode nos distinguir dos outros e nos tornar únicos como indivíduos. Com isso, Bee (1984) aponta diversas questões: “A personalidade é algo que pode ser desenvolvido? Durante os anos continuamos com os mesmos padrões de comportamento em relação às interações com o ambiente e com as pessoas? O que sabemos sobre a origem desses padrões de comportamentos individuais?” (p. 248).

Bee (1984) considera três tipos de teorias do desenvolvimento da personalidade como as mais importantes e principais em seu estudo, ressaltando-se a data dessa publicação (1984): a psicanalista, a abordagem da aprendizagem social e as variações da abordagem biológica.

A abordagem de aprendizagem social indica que nos comportamos de determinada maneira porque somos reforçados pelo ambiente para exibir determinados padrões de comportamento. Neste sentido, a ênfase da abordagem é sobre o impacto do ambiente na criança.

Exceto no que se refere aos reflexos elementares, as pessoas não são equipadas com repertórios inatos de comportamento. Elas precisam aprendê-los. Os novos padrões de resposta podem ser adquiridos

através da experiência direta ou pela observação. (BANDURA, 1977, p.16, apud BEE, 1984, p.249).

Bee (1984) discute que Bandura não abandona os aspectos biológicos, pois considera, que fatores biológicos como hormônios ou propensões herdadas, também podem afetar o comportamento. Porém, nessa perspectiva, o ambiente tem maior significância, ou é “causa” dos comportamentos observáveis. Ou seja, o comportamento seria fortalecido por meio do reforçamento. Por exemplo, se uma professora só dá atenção aos alunos quando eles estão fazendo bagunça ou se comportando de maneira agressiva, ela estará reforçando tal comportamento e, possivelmente, depois de algumas semanas, os alunos tenderão a permanecer ainda mais bagunceiros ou agressivos que antes. Deste modo, pode-se compreender alguns padrões de comportamento observando os tipos de recompensas usadas na escola ou em casa.

Segundo essa abordagem de aprendizagem social, a maioria dos comportamentos sociais seria fixada a partir da observação e imitação e que isto ocorre em grande parte da aprendizagem de novos comportamentos. Deste modo, dizer para uma criança o que ela deve fazer não será tão eficiente quanto se as pessoas que convivem com ela também se comportassem de determinada maneira. Uma criança que vê seus pais agradecendo ou sendo gentis com o próximo, acabaria aprendendo a ser generosa por observação e imitação; já a criança que vê seus pais brigando com outras pessoas ou sendo violentos, aprenderia do mesmo modo a agir dessa maneira e resolver seus problemas assim. Nesse processo que é chamado de modelagem, quando ocorre um conflito entre o que o modelo faz e o que diz, considera-se o que será imitado, provavelmente, será o comportamento e não a fala do indivíduo. Porém, também considera-se o modo como a criança usa a informação que está disponível, sendo tão importante quanto o ambiente. Essa maneira que a criança aprende, dependeria de sua idade e mudar com o passar do ano a partir de seu desenvolvimento cognitivo.

Helen Bee (1984) também discute as teorias biológicas de personalidade e interações sociais. Uma delas seria a de temperamento, pela qual, as qualidades temperamentais seriam herdadas: “Cada indivíduo nasce com padrões característicos de resposta ao ambiente e a outras pessoas”. Tais características do comportamento afetariam o modo como o indivíduo responde às outras pessoas e às coisas ao seu redor. Por outro lado, esse temperamento também afetaria como as outras pessoas se relacionam com o indivíduo (PLOMIN, 1975 apud BEE, 1984).

Na perspectiva da autora, a abordagem biológica de temperamento apresentaria algumas “falhas”, como por exemplo, se todo comportamento é considerado uma herança

genética, a modificação do mesmo seria praticamente impossível. Isto traria uma perspectiva menos otimista em relação a intervenções comportamentais. Outra crítica apontada pela autora é que essa abordagem não consegue explicitar quão dominantes podem ser essas características herdadas. No entanto, Bee (1984) também destaca vantagens: a abordagem focaliza a atenção nas qualidades que a criança traz nas interações e não no que lhe falta. Também considera a individualidade de cada criança, ou seja, cada uma tem uma herança específica e nenhuma é igual à outra.

Ainda a respeito da perspectiva biológica, a autora destaca a teoria etológica, baseada nos estudos com animais. A partir de observações, perceberam que, em todas as espécies animais, parece haver sequências de comportamentos instintivos muito específicos. Assim, todos os membros de uma espécie em particular mostrariam os mesmos comportamentos (LORENZ, 1966 apud BEE, 1984). A teoria etológica focaliza as similaridades entre as pessoas e não suas diferenças.

Bee (1984) discute a perspectiva de Bowlby (1969), que acreditava que o desenvolvimento da ligação afetiva da criança com sua mãe ou cuidador é dominado por padrões instintivos. Bowlby (1969) estudou a perspectiva de ligação afetiva: o bebê nasce com determinadas respostas “programadas”, que lhe permitem sinalizar necessidade de ajuda e contato (afeto), o que é denominado de comportamentos de ligação. Para ele, tal contato seria mantido pelo cuidador através de carinho e sorriso. (BOWLBY, 1969 apud BEE, 1984).

Para a autora, o ponto forte dessa teoria etológica é a ligação afetiva, pois dessa maneira, oferece um ponto de partida para compreender as primeiras relações entre o bebê, o mundo (ambiente) e um adulto. Porém, os fatos de não abordar o desenvolvimento infantil e não apontar como padrões instintivos mudam com o passar da idade da criança até ela se tornar um adulto são considerados, pela autora, como dificuldades para a total adesão da abordagem.

No âmbito da teoria psicanalista, a autora destaca Freud e Erikson. Na abordagem de Freud, o comportamento de cada um seria guiado a partir de energias por impulsos instintivos fundamentais; o impulso sexual (libido), os impulsos de perversão (fome, dor) e impulsos agressivos. Pela teoria, durante a infância, cada indivíduo desenvolveria três estruturas de personalidade básicas que atuariam na gratificação dos instintos que foram chamados por Freud de id, ego e superego. O id seria a energia sem inibição ou censuras, busca as necessidades diretas do indivíduo, presente no nascimento. Com o crescimento, aos poucos a energia também é transferida para o ego, sendo ele a parte de nossa personalidade que organiza, pensa e planeja o

comportamento. O superego seria o representante da consciência, ou seja, parte da personalidade que monitora todas as outras e que “decide” o que é certo ou errado, geralmente representando a moralidade dos pais e da sociedade em que a criança vive. Durante a vida do indivíduo, essas partes estariam em constantes conflitos entre o agora (id), o mais tarde (ego) e o nunca (superego). Quando este conflito ocorre, a ansiedade seria produzida. Se não conseguimos lidar com tal ansiedade, criamos mecanismos de defesa, que são estratégias automáticas e inconscientes para reduzir a ansiedade, ou seja, reprimindo sentimentos ou atitudes que evoquem rejeição da sociedade. Assim, a personalidade seria construída a partir da distribuição dessas energias psíquicas e é necessário um desenvolvimento para o convívio em sociedade pois o ego e o superego não estão presentes no bebê (FREUD, 1924 apud BEE, 1984).

Segundo Bee (1984), a teoria de Freud segue uma continuidade na vida do indivíduo, o que considera como um ponto positivo e atraente. Porém, como ponto fraco, em sua perspectiva, a teoria não proporcionaria detalhes de experiências, permanecendo muito no campo apenas teórico.

Referente à abordagem psicanalista, a autora destaca, também, a teoria de Erikson. O centro dessa teoria seria em como a criança desenvolve seu senso de identidade através de estágios que ele denomina de psicossociais. Assim, em cada etapa do desenvolvimento (Quadro 1), o sujeito teria que adquirir um objetivo do desenvolvimento de uma qualidade do ego específica, como confiança, autonomia ou capacidade de ter intimidade com alguém. Tais períodos de desenvolvimento são definidos a partir da sociedade em que o indivíduo cresce, o que pode ser traçado como essencial para o desenvolvimento em uma sociedade pode ser irrelevante em outra. Qualquer “objetivo desenvolvimental” que não é completado deixa uma pendência que interfere no alcance do objetivo posterior. Porém, na perspectiva de Erikson, nenhum objetivo é totalmente completado, com isso, todos têm alguma pendência no sentido do desenvolvimento. Mas quanto menor esta pendência, melhor a saúde posterior e a interação com outras pessoas. Ou seja, para a criança se tornar um adulto que possua confiança, autonomia e facilidade com a intimidade, é necessário que ele tenha passado por determinadas fases na infância da melhor maneira possível. (ERIKSON, 1974 apud BEE, 1984).

Quadro 1 - Os oito estágios de Desenvolvimento Propostos por Erik Erikson

Idade aproximada	Qualidade do ego a ser desenvolvida	Algumas tarefas e atividades do estágio
0-1	Confiança básica <i>versus</i> desconfiança básica	Confiar na mãe ou pessoa principal que cuida da criança e na própria habilidade de fazer as coisas acontecerem.
2-3	Autonomia <i>versus</i> vergonha e dúvida	Andar, pegar e outras capacidades físicas levam à liberdade de escolha; ocorre o treino à toalete; a criança aprende a controlar-se, mas pode desenvolver a vergonha se não for tratada adequadamente.
4-5	Iniciativa <i>versus</i> culpa	Organizar as atividades em torno de um objetivo; tornar-se assertiva e agressiva. O conflito edipiano com o pai do mesmo sexo pode levar à culpa.
6-12	Produtividade <i>versus</i> inferioridade	Absorver todas as capacidades culturais e normas básicas; inclusive as habilidades escolares e o uso de instrumentos.
13-18	Identidade <i>versus</i> confusão de papéis	Adaptar o sentido do eu às mudanças físicas da puberdade, fazer uma escolha ocupacional, realiar uma identidade sexual madura e buscar novos valores.
19-25	Intimidade <i>versus</i> isolamento	Formar uma ou mais relações íntimas que ultrapassam o amor adolescente, casamento e formação de um grupo familiar.
26-40	Generatividade <i>versus</i> estagnação	Criar os filhos, centrar-se na realização ocupacional ou criatividade, e efetuar treinamento da próxima geração.
41+	Integridade do ego <i>versus</i> desesperança	Integrar os estágios anteriores e vir a termo com a própria identidade.

Fonte: Erikson, 1963 apud Bee, 1984(p.64).

As desvantagens apontadas pela autora é que a teoria não deixa claro exatamente que tipo de experiências são importantes para o bom desenvolvimento da pessoa. O que geraria a autoestima ou a falta dela? Na opinião da autora o que permanece nessa teoria é uma imprecisão em relação às consequências de cada etapa. Em contraponto, ela destaca que poucas teorias ligam o desenvolvimento cognitivo e personalidade, poucas teorias trabalham todo o ciclo vital.

Segundo a autora, nenhuma das teorias citadas por ela daria conta de todo processo que envolve a personalidade, por isso ela sugere que as mesmas sejam misturadas e que os psicólogos possam usar um pouco de cada uma, pois cada uma nos oferece uma parte do desenvolvimento social.

No contexto do abrigamento, a meu ver, a teoria da personalidade social pode ser considerada para entendermos o comportamento de algumas crianças que chegam a casa e reproduzem atitudes semelhantes à vida antes do abrigamento. A teoria psicanalista de Erikson focaliza como a criança pode se desenvolver e quais são os comportamentos que podem ser esperados para cada etapa do desenvolvimento, pode nortear o trabalho do educador dentro de um abrigo e ajudar a desenvolver a autonomia, autoestima e confiança do indivíduo. Porém, foi o conceito de resiliência que mais me interessou para subsidiar práticas que “fortaleçam” a individualidade de crianças e adolescentes abrigados.

1.2- O enfoque da resiliência

Partimos do suposto que crianças e adolescentes abrigados enfrentaram condições adversas e que podem continuar enfrentando nos abrigos. Conforme Agst (2009), algumas pessoas conseguem superar tais condições adversas, outras, porém, não conseguem. O conceito de resiliência, hoje, pode ser usado na psicologia considerando uma capacidade de o indivíduo prevenir ou minimizar os efeitos dos eventos adversos, possivelmente traumáticos e de superá-los, isto é, conseguir se fortalecer apesar do ocorrido. Este termo, porém, nasceu em outras áreas da ciência; o termo surge a partir da física mecânica, na qual a resiliência seria a capacidade de recuperação da forma original após um forte impacto, pressão ou deformação. Já na ciências humanas, é visto como uma “capacidade de sobrepor-se às adversidades” (AGST,2009).

O termo resiliência originou-se no âmbito da física e da engenharia, sendo conhecido há pouco tempo na área de Ciências Sociais e Humanas. Um material é denominado resiliente quando a energia de deformação máxima que ele é capaz de armazenar não gera nele deformações permanentes. Com esse conceito, é possível se fazer uma analogia ao termo utilizado pela física e pela psicologia: a relação tensão/ pressão com deformação não-permanente do material corresponderia à situação que ocorre entre uma situação de risco/ estresse/ experiências adversas/ respostas finais de adaptação.

Infelizmente, a definição de resiliência em psicologia não é tão clara e precisa como na física, pois múltiplos fatores devem ser considerados no estudo dos fenômenos humanos (AGST, 2009, p.244).

Segundo Agst (2009), pessoas resilientes apresentam determinadas características, como altas habilidades nas relações humanas, responsabilidade, autoestima positiva, receptividade e forte tolerância ao sofrimento. Diante disso, ao passar por situações traumáticas, algumas dessas pessoas procuram a ajuda profissional do psicólogo, daí a importância do psicólogo de conhecer a resiliência. Para o trabalho do psicólogo isto consiste em auxiliar o indivíduo na busca de recursos que podem superar as adversidades a partir da troca com o ambiente afim de “resolver” (de resiliência) ou minimizar seus conflitos.

Os estudos sobre resiliência são recentes, principalmente no Brasil. As primeiras publicações no país surgiram por volta de 1996, 1998 e eram principalmente relacionadas com a temática de crianças em situações de risco, articulação com fatores de proteção e vulnerabilidade (AGST, 2009)

Para Agst (2009), a resiliência não é considerada uma proteção ou um tipo de estabilidade em que a pessoa permaneça rígida quando diante de situações adversas. A pessoa não é resiliente e sim está resiliente, em um processo dinâmico, sofrendo influências do ambiente numa relação recíproca em determinado momento da vida. Os fatores de proteção são considerados influências que podem auxiliar, modificar ou melhorar a resposta do indivíduo diante de dificuldades, podendo até reverter situações consideradas como potencialmente negativas, reduzindo o impacto dos fatores de risco (como por exemplo, a violência). Isto é, por mais presentes que esses fatores de risco estejam na vida de uma pessoa resiliente, ainda assim não são determinantes para que a mesma não seja.

Na literatura, diversos autores definem resiliência de maneiras distintas. Segundo Jungueira & Deslandes (2003), a resiliência não significa voltar ao estado anterior (assim como na definição da física mecânica). A resiliência, nessa perspectiva, vai além de retornar ao estado de origem, seria uma superação (ou adaptação) diante das situações consideradas como de risco. Isto é, seria a construção de novos caminhos da vida e um processo de subjetivação a partir do enfrentamento conjuntamente da capacidade individual e social de superar fatores estressores. A partir dessas diferenças teóricas referentes ao conceito de resiliência, Jungueira e Deslandes (2003) organizam um quadro sintetizando as várias conceituações localizadas em revisão ampla de literatura (quadro 2).

Quadro 2 - Definições de resiliência.

Autor (data)	Publicações da Organização Pan-Americana de Saúde*
Kotliarenco et al. (1997)	• Habilidade para suportar a adversidade, adaptar-se, recuperar-se e acender a uma vida significativa e produtiva. • História de boas adaptações em indivíduos que foram expostos a fatores biológicos de riscos ou eventos de vida estressantes. Além disso, implica a expectativa de continuar com uma baixa susceptibilidade a futuros estressores. • Enfrentamento efetivo ante a eventos e circunstâncias de vida severamente estressantes e acumulativos. • Capacidade humana universal para fazer frente às adversidades da vida, superá-las e inclusive ser transformado por elas. A resiliência é parte do processo evolutivo e deve ser promovida desde a infância. • Conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam ter uma vida sã em um meio insano. • Combinação de fatores que permitem a uma criança, um ser humano, enfrentar e superar os problemas e adversidades da vida. • Produto de uma conjunção entre os fatores ambientais, como o temperamento e um tipo de habilidade cognitiva que têm as crianças quando são muito pequenas.
Munust et al. (1998)	• Capacidade do ser humano para fazer frente às adversidades da vida, de superá-las e de ser transformado positivamente por elas. • Capacidade das pessoas que desenvolvem competências, apesar de terem sido criadas em condições adversas ou em circunstâncias que aumentam as possibilidades de esses indivíduos apresentarem patologias mentais ou sociais. • Capacidade do indivíduo de utilizar fatores protetores para sobrepor-se à adversidade, crescendo e desenvolvendo-se adequadamente e chegando a amadurecer como um adulto competente, apesar dos prognósticos desfavoráveis. • Capacidade formada por dois componentes importantes: a resistência à destruição e a capacidade para reconstruir sobre circunstâncias ou fatores adversos. • Resultado de um equilíbrio entre fatores de risco, fatores protetores e a personalidade do ser humano. • Produto de interação entre a pessoa e o seu entorno, sendo um processo dinâmico. • Olhar voltado para o indivíduo como alguém único, e que enfatiza as potencialidades e os recursos pessoais que o permitem enfrentar situações adversas e sair fortalecido, embora esteja exposto a fatores de risco.
Autor (data)	Publicação especial da Revista Adolescência Latino-Americana**
Garcia (2001)	• Capacidade dos indivíduos de superar os fatores de risco aos quais são expostos, desenvolvendo comportamentos adaptativos e adequados.
Lindström (2001)	• Conjunto de mecanismos que permitem às pessoas comportar-se ou desenvolver-se normalmente sob condições adversas. (CONTINUA).

Siber & Maddaleno (2001)	• Capacidade humana de sair fortalecido frente à adversidade.
Steinhauer (2001)	• Adaptação extraordinariamente boa diante de estresse grave e contínuo, e habilidade da pessoa estressada de retornar ao nível adaptativo de pré-estresse.
Autor (data)	Outras publicações
Rutter (1987)	• Competência e adaptação da pessoa para ultrapassar com sucesso o estresse e a diversidade. Relacionada à vulnerabilidade e a fatores de proteção, através dos quais há uma mudança na resposta da pessoa frente a uma situação de risco, em um sentido adaptativo.
Cicchetti et al. (1993)	• Funcionamento competente de indivíduos, apesar de severa adversidade (em um sentido adaptativo).
Herrenkohl et al (1994)	• Fruto da interação entre influências maturacionais, individuais e ambientais, que muda de acordo com o ambiente e as situações. • Capacidade de transcender circunstâncias difíceis de seu ambiente infantil para tornarem-se adultos de sucesso e funcionais.
Blum (1997)	• Capacidade de se recuperar e de manter um comportamento adaptado após um dano.
Vicente (1998)	• Fenômeno psicológico construído a partir da presença de figuras significativas e do estabelecimento de vínculos.
Bouvier (1999)	• Capacidade de sair-se bem e de maneira aceitável pela sociedade, apesar de um estresse ou uma adversidade que possam comportar um risco grave. • Não é uma vacina contra o sofrimento, nem um estado imutável, mas um caminho a percorrer "A resiliência não consiste em apagar a página, mas em virá-la" (p.154).
Cyrułnik (1999)	• Capacidade de se adaptar a diferentes meios e de superar problemas distintos, construindo-se como sujeito na adversidade. É sistêmica e dinâmica e se dá nas interações entre a pessoa em permanente desenvolvimento, seu ambiente e as pessoas que a cercam.
Guedeney (1999)	• Manutenção de um processo normal de desenvolvimento apesar das condições difíceis, sendo algo dinâmico e complexo, resultado da interação entre o indivíduo e ambiente. • Capacidade, em termos psíquicos, de atribuir significado a uma experiência inicialmente sem sentido, de forma a elaborá-la e assim poder superá-la.
Haynal (1999)	• Capacidade de atribuir significado a um evento traumático.
Lemay (1999)	• Conjunto de mecanismos individuais e familiares que parecem representar um papel para manter a pessoa em relativa harmonia interior, apesar de importantes traumatismos vividos.
Manciaux (1999)	• Capacidade de reconstruir. Um <i>continuum</i> que varia com as situações, as etapas do desenvolvimento e os períodos da vida.
	(CONTINUA)

Poilpot (1999)	• Capacidade de sair-se bem, mesmo em situações difíceis ou traumáticas.
Tomkiewicz (1999)	• Capacidade de sobreviver, de "dar um salto", apesar das adversidades.
Vanustendael (1999)	• Capacidade de uma pessoa ou de um sistema social de ultrapassar as dificuldades, inclusive as traumáticas. Não é a capacidade de saltar um problema, mas uma capacidade real de cruzar na direção de outra possibilidade através da dificuldade.
Fonte: JUNGUEIRA & DESLANDES (2003 p.230-231). * As publicações da Organização Pan-Americana da Saúde trazem ampla revisão bibliográfica, portanto, tais definições são provenientes de vários autores. ** Órgão oficial de difusão da ASBRA (Associação Brasileira de Adolescentes) e da SASIA (Sociedad Argentina de Salud Integral del Adolescente).	

A partir desses dados investigados pelas autoras, pode-se notar que: algumas definições não seguem uma descrição conceitual muito detalhada; as publicações em sua maioria são recentes (a partir do final dos anos 1990) o que nos indica que, apesar da vasta variedade de autores publicando a respeito, o conceito de resiliência ainda está em construção e processo de pesquisas e ainda não angariou com consenso entre os autores.

Jungueira & Deslandes (2003) consideravam resiliência como uma capacidade que seria adquirida a partir do reestabelecimento de vínculos afetivos e de confiança, proveniente de características pessoais dos indivíduos que lidam melhor com as dificuldades e tiram algum tipo de “aprendizado” dessa situação, conseguindo, assim, responder ao que a sociedade espera. Também é considerada como a capacidade de emitir uma resposta com um objetivo definido, com uma estratégia de como alcançá-lo. Discute-se que algumas definições enfocam a “superação” pelo indivíduo, a qual não apagaria a experiência, podendo ser elaborada simbolicamente. Desse modo, o acúmulo de vivências daria subsídios para o fortalecimento e enfrentamento as novas situações adversas da vida do indivíduo. “Desenvolver a resiliência não indica que a pessoa ‘superou’ todas as vivências traumáticas, isto é, não se é resiliente para toda e qualquer situação nem a todo o momento” (CYRULNIK, 1999 apud JUNGUEIRA & DESLANDES, 2003).

Segundo Siqueira (2009), a busca pela ampliação de estratégias para promoção de resiliência surgiu a partir da identificação do papel do desenvolvimento na capacidade do indivíduo de ser resiliente. A autora identifica duas gerações de pesquisas sobre resiliência. A primeira refere-se à identificação de fatores protetores que estariam

presentes na adaptação positiva (anos 1970); identifica a segunda geração (anos 1990) que teve como objetivo identificar fatores que facilitassem o desenvolvimento da resiliência no indivíduo, numa perspectiva de prevenção.

Visando descrever com acuidade o processo histórico de produção de estudos e pesquisas sobre resiliência, Siqueira (2009) propôs uma sequência de etapas, a saber: a primeira etapa constituiria a verificação e compreensão de características pessoais e processos de superação e confronto; a segunda teria sido a construção de instrumentos e metodologias para a avaliação da resiliência; a terceira constituiria na compreensão dos significados atribuídos à resiliência; por fim, a quarta etapa refere-se a projetos de intervenção visando desenvolver ou fortalecer resiliência.

Siqueira (2009) discute a importância do trabalho e pesquisa sobre resiliência, porém, aponta que se a resiliência for defendida a partir de uma capacidade do indivíduo de lidar melhor com situações traumáticas, podemos cair no erro de culpabilizar os indivíduos que não conseguem elaborar as dificuldades sozinhos (apontando como sendo fracos em relação aos outros). Outro erro que a autora assinala, seria centralizar as intervenções apenas no indivíduo, sendo questões como a violência (considerada habitualmente como um fator de risco) consequentes de uma situação da sociedade para além do indivíduo. Com isso, é colocado que, diante de fatores de violência familiar, sabe-se que podem existir fatores sociais, como o desemprego, difícil acesso à saúde e alimentação de qualidade, condições precárias de moradia, falta de orientação que podem gerar violência. Siqueira (2009) aponta que é preocupante o fato do termo resiliência estar “na moda”, pois pode entrar em conflito com algumas questões éticas, dependendo de sua interpretação, como incentivar a “ideologia dos mais aptos” (BERESIN & REINOSO, 2006 apud SIQUEIRA, 2009) para afirmar políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente. A mesma defende o olhar crítico para o conceito, sem retirar a potencialidade de um instrumento norteador de possíveis intervenções para proteger crianças e adolescentes e seus desenvolvimentos. Para este nosso estudo, os aportes de Siqueira (2009) são preciosos, posto que a autora trabalhou em abrigos para crianças e adolescentes.

Nesta mesma linha, Jungueira & Deslandes (2003) defendem que se a resiliência for compreendida como algo que pode ser desenvolvido a partir de relações de confiança e apoio e não apenas apoiada no “mais forte”, o foco do trabalho vai para a promoção e prevenção e não fica limitado aos cuidados paliativos, quando as situações traumáticas já ocorreram. Essas autoras propõem ações para os diferentes níveis de prevenção. A prevenção primária poderia ser realizada a partir de trabalhos que aumentassem o

diálogo e a tolerância intrafamiliar, assim como o desenvolvimento de autoestima em crianças e adolescentes. A prevenção secundária ofereceria, à família e ao cuidador, apoio para compreender, empenhar-se e interromper o ciclo de violência. A terciária refere-se às formas de ajuda à família e ao membro que sofreu a violência, buscando a prevenção de consequências mais desastrosas. Essas etapas de prevenção auxiliariam não só com respeito à resiliência, mas também em práticas que poderiam evitar o próprio abrigo no âmbito institucional, voltado às políticas públicas para a família. Compreende-se, então, a importância de se olhar para a sociedade e não apenas para o indivíduo como apontou Siqueira (2009).

Assim, Siqueira (2009) destaca a perspectiva de que a resiliência faz parte de um processo no qual a pessoa se transforma aos poucos, passo por passo. Vista como uma construção contínua e uma retomada ao desenvolvimento a partir da ruptura sofrida, sendo um refazer-se a si mesmo.

Para Cyrulnik, a resiliência é um processo de superação, um modo de subjetivação, que se dá no encontro com o outro, resultado da interação de fatores pessoais, institucionais e/ou do contexto social. É uma tessitura, a partir do vínculo e do processo de significação. É o resultado da interação entre aspectos individuais, contexto social, quantidade e qualidade dos acontecimentos, no decorrer da vida, e os chamados fatores de proteção na família e no meio social. *“(...) o resiliente deve apelar aos recursos internos impregnados em sua memória, deve brigar para não se deixar arrastar pela inclinação natural dos traumatismos que o fazem navegar aos trambolhões, de golpe em golpe, até o momento em que uma mão estendida lhe ofereça um recurso externo, uma relação afetiva, uma instituição social ou cultural que lhe permita a superação”* (CYRULNIK, 2004,p. 207 apud SIQUEIRA, 2009).

Segundo Siqueira (2009), os fatores que compõem a resiliência habitualmente são divididos em três termos: pessoais, ambientais e sociais. A autora aponta que as características pessoais poderiam se desenvolver a partir das relações interpessoais como psicoterapia, atividades educativas e culturais. Já os fatores ambientais encaminham a boas condições que possibilitam e favorecem o desenvolvimento pleno do sujeito. No âmbito social, seria a garantia dos vínculos a partir de uma construção simbólica que, dentro de uma determinada comunidade, pudesse incentivar as potencialidades do sujeito que vive nela, evitando, assim, que a comunidade seja marcada pela exclusão ou pela “inclusão perversa”, como meninos que se envolvem com o crime a fim de incluir-se em algo importante na comunidade. Consideramos que os

abrigos poderiam ter condições de desenvolver os fatores ambientais e sociais, procurando criar condições para crianças e adolescentes fortalecerem suas capacidades de enfrentamento de condições adversas, a eventual violência e a separação da família.

A partir desse olhar para a sociedade, e não apenas para o indivíduo isoladamente, é importante destacar que quem dispõe de qualquer contato com a criança e o adolescente serve como referência e apoio, tendo grande influência em seu desenvolvimento. Tais contatos devem privilegiar a autonomia, desenvolvimento de capacidade de ação (resposta) no mundo e autoconfiança de crianças e adolescentes. Assim, deve-se oferecer espaços de interações com a família, amigos e projetos comunitários (MUNIST ET AL,1998 apud SIQUEIRA, 2009).

Nesta perspectiva existem ambientes que colaboram com a resiliência, sendo eles possuidores de regras e funcionamento coerentes e flexíveis, respeito, garantia de privacidade, comunicação aberta com a sociedade e família que possam aceitar mudanças, que estabeleçam limites bem determinados e tolerância (FLACH, 1991 apud SIQUEIRA, 2009). Podemos notar que tais condutas que favorecem a resiliência podem ser diretamente relacionadas com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Nos abrigos, isso acontece quando existe a possibilidade de a criança ou adolescente estabelecer relações afetivas com os adultos que cuidam dela(e) e com seus pares; quando há valorização e ela(e) é incentivada(o) a agir, a interagir com o meio, a buscar soluções para seus problemas e desafios a serem superados; quando existem atividades culturais que promovam o desenvolvimento de um repertório de expressão; e, principalmente, quando ela(e) é incentivada(o) a fazer planos para o seu futuro, a passar por sonhos e a construir caminhos para realizá-los (SIQUEIRA, 2009).

Como é apontado por Siqueira (2009), assim como determinados aspectos do ambiente facilitam a resiliência e, conseqüentemente, o desenvolvimento autônomo da criança e do adolescente, existem ambientes que dificultam estes processos. Cuidadores que não demonstram afeto, a omissão dos adultos em situações de conflitos, ambiente hostil e agressivo, clima institucional muito intenso e falta de produtividade podem contribuir como fatores adversos intensos para o desenvolvimento e a capacidade de superação das adversidades.

Por fim, August (2009) destaca que a compreensão da resiliência se torna extremamente importante, principalmente quando nos diz que não é adquirida e sim aprendida de diversas maneiras. Desta forma, destaca-se, ainda mais, a importância do

profissional que tem contato com essas crianças, assumindo um papel fundamental para a promoção da resiliência, inclusive em instituições.

2 . O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO: ABRIGOS NO BRASIL

A despeito do assinalamento dos estudos sobre desenvolvimento da personalidade e da resiliência, bem como das normatizações do ECA, nem sempre os abrigos oferecem condições satisfatórias de cuidado às crianças e aos adolescentes. Para compor o quadro sobre condições de procedimentos dos abrigos no Brasil dos anos 2000, tomei como base o relatório de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): “Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC”. Trata-se de uma análise do contexto social do abrigamento e das políticas públicas relacionadas à criança e ao adolescente, usando como parâmetro e referência o ECA, analisando diferentes perfis de entidades, com o objetivo de gerar atenção às políticas públicas voltadas à família. A pesquisa foi realizada em 2004 e contatou apenas abrigos que pertencem à Rede de Serviço de Ação Continuada (Rede SAC). Isto é, grupos que pertencem à rede que recebem recursos do governo federal. A pesquisa foi realizada com 589 abrigos (20 mil crianças no total) de todo o Brasil, mas que, em boa parte, estão localizados na cidade de São Paulo (243 instituições, 34% de todo Brasil). Entretanto, nem todos os abrigos estão neste cadastro, logo, muitos deles não foram contatados. É importante destacar que possivelmente as instituições pesquisadas tendem a ter um perfil um pouco melhor do que a média geral do Brasil, pois, para fazer parte da rede SAC são necessários alguns pré-requisitos compatíveis com o ECA, o que demanda uma fiscalização periódica que visa garantir certo respeito às normas e padronização na qualidade dos serviços prestados.

Desde a aprovação do ECA, os abrigos têm como objetivo e responsabilidade zelar pela integridade física e emocional de crianças e adolescentes que, estão afastados, temporariamente, da convivência direta com seus familiares, seja por negligência, abandono social ou outras situações que os coloquem em risco pessoal (medidas de proteção). Porém, este tipo de atenção ainda é recente na história da criança no Brasil, estabelecendo-se como pontos de partida a Constituição Federal de 1988 e a aprovação do ECA em 1990. A partir daí, o abrigo passou, a ser concebido como uma instituição de caráter sócio-educativo e não assistencialista, visando priorizar a manutenção das relações familiares e comunitárias, propiciar que a criança possa se desenvolver emocionalmente e socialmente, mesmo estando na condição do abrigamento. Tal perspectiva busca garantir direitos básicos e proteção integral à criança e ao adolescente, sustentada pela concepção de que é necessário estabelecer uma relação integrada entre elas e o meio social e educacional, apoiada em uma comunidade e pela visão não privativa, mas de inclusão. Ou seja, concebe-se criar condições para a

criança interagir com a família, mesmo estando abrigada. Entretanto, mesmo depois de tantos anos da formulação desta política, não é raro encontrar instituições que ainda mantêm práticas excludentes da convivência social, aos moldes das instituições totais conforme Goffman (1974).

Como abrigamento ocorre a partir da violação dos direitos da criança e do adolescente, é indispensável direcionar o olhar para as desigualdades sociais atuais vigentes no país. A criança chega ao abrigo através de encaminhamentos de instituições que analisam tal violação, como por exemplo, conselhos tutelares, varas da infância e da juventude ou ministério público. O levantamento do IPEA apontou que, em 2002, cerca de metade das crianças e adolescentes (48,8%) poderiam ser considerados miseráveis, pois nasceram e cresceram em domicílios com renda per capita menor ou igual a meio salário mínimo (IBGE, 2002). Porém, a pobreza em questão não deve ser considerada como fator isolado da causa da violação de tais direitos, pois, mesmo intensificando-a vulnerabilidade da família, ela não é suficiente para explicar todas as formas de manifestação da violência contra a criança. A pesquisa do IPEA apreendeu, também, outros fatores associados ao abrigamento que se somam à pobreza: violência doméstica, familiares com perturbações psicológicas, dependência química dos pais, abandono, vivência na rua, abuso sexual, prisão dos responsáveis, “despreparo da maternidade/paternidade” e extrema exigência dos familiares para com a criança. Assim, ao contrário do que se supõe, a maioria das crianças que vivem em abrigos não são órfãs, pois, 87% possuem família e metade delas mantém relações com familiares através de visitas periódicas, mesmo afastadas da convivência diária. Neste nosso contexto social e diante das concepções e normas legais, o abrigo é, então, considerado como uma medida protetiva, de caráter provisório e excepcional, com o objetivo de preservar vínculos familiares. Por isso, destaca-se, também, a importância de políticas públicas voltadas à família, visto que elas poderiam evitar muitas situações de abrigamento.

Com o objetivo de fornecer um atendimento individual e singularizado às crianças, foi determinado pelo ECA que uma instituição de abrigo não deve ter mais de 25 residentes. O ideal seria que o abrigo reproduzisse o ambiente residencial, no qual cada um tivesse seu espaço e pertences próprios, associados ao exercício de atividades e convivência social também fora do ambiente, articulados com outros serviços da rede pública. Isto é, busca-se a criação de instituições que não reproduzem as características de “instituições totais” tal como descritas por Goffman (1974).

Segundo o ECA (Capítulo II, artigo 92), as instituições que desenvolvam programas de abrigos devem seguir os seguintes princípios com relação à criança e ao adolescente:

- I - preservação dos vínculos familiares;
- II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- III – atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V – não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII – participação na vida da comunidade local;
- VIII – preparação gradativa para o desligamento;
- IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Desses princípios gerais, emergem recomendações de práticas. Vejamos algumas delas. Com relação ao aspecto exterior, o abrigo não deve apresentar placas ou indicações a respeito. Deste modo, a casa deve assemelhar-se às casas da vizinhança, visando evitar que as crianças sejam estigmatizadas e proporcionar a inserção no novo contexto ambiental. Internamente, o espaço deve propiciar que a criança desenvolva suas atividades do cotidiano: fornecer livros e brinquedos adequados à idade, espaço para guardar objetos pessoais, realizar atividades individuais como tarefas escolares, quartos menores para serem divididos por um menor número de crianças.

A rotina deve ser compatível com cada criança e não necessariamente com o grupo como um todo (horário da escola e outras atividades), visando proporcionar, assim, a manutenção da autoestima, identidade e privacidade de cada um. Se uma criança convive exclusivamente entre iguais e no mesmo ambiente, a mesma não terá oportunidade de explorar seus recursos e encontrar componentes de sua própria individualidade (tais como: o que mais gosta de fazer, de comer, como prefere brincar e etc).

Desta maneira, em respeito à individualidade de cada um, sugere-se que o abrigo deva ter grupos mistos, tanto de sexo, quanto de idade. Considera-se que tal

heterogeneidade, ao propiciar a convivência com a diversidade, favorece a formação de identidade e individualidade da criança. Considera-se, ainda, que a convivência de tais diferenças favorece o desenvolvimento infantil, permite que as crianças possam estabelecer trocas e compartilhamento mútuo. A presença dos mais velhos estimularia a independência e autonomia dos mais novos e os mesmos desenvolveriam o cuidado com o outro, assim como ocorreria numa família com irmãos (aparece mais uma vez a importância de grupos pequenos, pois o vínculo é construído com mais facilidade). Ou seja, o abrigo deve representar uma moradia acolhedora e adequada para aqueles que necessitam deste serviço, portanto, não visa a economia e um atendimento de “larga escala”: o foco seria no indivíduo e sua relação com a rede de atenção e apoio da comunidade. Nesta perspectiva, não se tentaria “enquadrar” a criança a um padrão pré-estabelecido, privilegiando-se uma atenção especial, pois tais indivíduos passam a viver em um lugar fora de sua casa de origem conjuntamente com pessoas que não pertencem a sua família, além de estarem em sofrimento pela vivência de violência e/ou abandono, o que pode dificultar a afirmação da identidade e individualidade. Se a criança no abrigo dispuser de um regime mais flexível, que preveja saída, pode ter facilitada a transição entre a fase da institucionalização e o retorno à família. Tais medidas bem entendidas dependem também de questões jurídicas, como a autorização de saída aos fins de semana.

Seguindo esta lógica, o abrigo deve usufruir de redes de apoio, sendo elas compostas por profissionais multidisciplinares, incluindo projetos educativos, propiciando cuidado direto e cotidiano das crianças abrigadas e respectivo apoio operacional (limpeza, preparo de refeições e manutenção), da saúde em geral, bem como da psicologia e da assistência social. Importante, também, destacar que os profissionais precisam estabelecer um vínculo com as crianças do abrigo, gerando uma relação de confiança. A presença de voluntários é recomendada, porém, não deve ser predominante, já que existe a possibilidade de descontinuidade em seu trabalho, o que pode acarretar em mais sentimentos de abandono para a criança, que pode perder o vínculo de maneira inesperada. É recomendável que haja uma correlação entre o número de educadores e de crianças abrigadas: recomenda-se, em média, duas crianças para cada funcionário, de modo a oferecer atendimento no geral e quanto aos cuidados básicos de maneira mais singular possível.

Porém, o levantamento mencionado realizado pelo IPEA destacou que muitas dessas diretrizes orientadas pelo ECA ainda não são predominantes na realidade do abrigamento no Brasil. A média de crianças e adolescentes por abrigo era de 33 crianças e não de 25 como o recomendado. Consequentemente, a atenção dos profissionais e o

cuidado se tornam mais superficiais e sem o foco necessário, pois o coletivo, mais constante, torna-se prioridade e as características individuais tendem a ser deixadas de lado. Concomitantemente, a média de crianças atendidas por funcionário é de 8 crianças ou adolescentes, dificultando, ou impedindo a possibilidade de a instituição representar uma moradia acolhedora e adequada como seria idealmente.

O que predominava em 2004, na realidade de abrigamento, era o regime continuado, ou seja, o abrigo representava moradia para 78,4% das crianças. Apenas 5,8% dos abrigos mantinham o regime mais flexível, pelo qual as crianças permanecem no abrigo durante a semana e aos fins de semana ficam com os familiares.

A maioria dos abrigos contatados na pesquisa do IPEA apresentavam boas condições físicas de espaço, geralmente melhores condições que a média de residências particulares no país. Porém, a pesquisa constatou, também, homogeneidade do espaço físico, como quartos muito grandes e com muitas crianças, o que impede a expressão de características pessoais e manifestações individuais, dificultando, assim, a superação do momento delicado, e possivelmente traumático, em que se encontram as crianças e adolescentes abrigados. A pesquisa também observou que 85,6% dos abrigos possuíam espaços para que as crianças guardem pertences pessoais como roupas, livros e brinquedos individuais.

A maior parte dos abrigos analisados pelo IPEA dependem de assistência psicológica voluntária, o que pode ser muito preocupante na visão da possível ruptura de vínculo entre psicólogo(a) e crianças/adolescentes. O “Levantamento nacional” mostrou que apenas 6% dos abrigos pesquisados utilizavam serviços disponíveis na comunidade. Ou seja, mesmo com a nova norma do ECA, na prática, muitas crianças abrigadas ainda não dispunham de acesso a serviços públicos como atividades culturais, esportivas, assistência médica e até mesmo ao ensino regular. Isto é, além de inviabilizar o respeito a direitos fundamentais de crianças e adolescentes, tais práticas colaboram com a alienação e comprometem a vida em sociedade.

Diante desse quadro, dos ensinamentos da psicologia e do ECA, buscamos escutar a fala de psicólogas sobre as experiências de propiciar acolhimento individualizado para crianças abrigadas na cidade de São Paulo, objeto do próximo capítulo.

3. O QUE AS PSICÓLOGAS DOS ABRIGOS FALAM

Este capítulo objetiva descrever procedimentos (tópico 3.1) e resultados (tópico 3.2) da pesquisa que entrevistou duas psicólogas trabalhando em abrigos paulistanos.

3.1- Procedimentos

Explicitaremos nos, tópicos a seguir, os procedimentos utilizados para a seleção das psicólogas entrevistadas e para a realização e análise das entrevistas.

3.1.1- Escolha dos sujeitos

Seguindo o método qualitativo, a amostra não foi aleatória e nem com o número esperado de acordo com a população, pois o objetivo é explorar e compreender diferentes visões sobre como a individualidade das crianças e adolescentes é concebida e pode ser apoiada nos abrigos.

Os sujeitos foram escolhidos a partir de meus contatos em redes sociais e redes de contato. Entrei em contato com amigos e conhecidos que conhecessem psicólogos(as) que trabalhassem em abrigos, divulguei minha pesquisa nas redes sociais a fim de encontrar profissionais. Primeiramente, foram selecionados por critério geográfico: psicólogos(as) que atuam em abrigos na cidade de São Paulo por ser o local de minha residência, facilitando o acesso aos profissionais. A partir disso, telefonei para cada profissional que consegui o contato, apresentei-me como aluna do quinto ano do curso de psicologia da PUC-SP,, expliquei o objetivo da pesquisa, interesse na visão do psicólogo em relação ao abrigamento e citei os cuidados éticos em relação à preservação de identidade .

Com isso, as escolhidas para esta pesquisa foram selecionadas de acordo com a disponibilidade de suas agendas, interesse em colaborar com a pesquisa e aceitação das condições: gravação e transcrição na íntegra da entrevista. Os locais das entrevistas foram escolhidos pelas entrevistadas no horário também escolhido por elas.

3.1.2 – Cuidados éticos

As normas e condutas éticas baseadas na Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, foram devidamente seguidas a partir da solicitação a anuência ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No começo de cada entrevista, as participantes

fizeram a leitura e assinatura do TCLE e receberam explicações sobre os cuidados éticos que orientam esta pesquisa como a alteração do verdadeiro nome a fim de preservar a identidade das mesmas. De acordo com o termo de consentimento, lido antes da entrevista, as entrevistadas autorizaram que a entrevista fosse gravada para que a entrevistadora conseguisse oferecer mais atenção no momento de sua realização e, posteriormente, conseguisse analisá-las adequadamente.

3.1.3– Entrevistas

Para apreender a forma como a individualidade é concebida e pode ser apoiada no cotidiano do abrigo, as entrevistas foram realizadas com duas psicólogas que atualmente atuam neste tipo de instituição da cidade de São Paulo. Mediante autorização prévia, as pesquisas foram gravadas e transcritas¹. A transcrição foi feita de acordo com a norma culta de redação, pois justifica-se que a forma como falamos é diferente da que escrevemos e, neste caso, teremos acesso às entrevistas redigidas.

A pesquisa utilizou-se do método qualitativo, baseada em Gaskell (2002). Redigimos entrevistas individuais semi-estruturadas, ou seja, a partir de “tópicos guias” que foram considerados importantes para a compreensão de como a individualidade de crianças e adolescentes é construída e pode ser apoiada no cotidiano do abrigo. A entrevista tornou-se mais livre para a entrevistada falar concepções sobre a relação de respeito à individualidade de crianças abrigadas, práticas que apliquem no reconhecimento da mesma e o trabalho realizado dentro do abrigo. Deste modo, consegue-se explorar diferentes pontos de vista. Optou-se por entrevistar duas psicólogas considerando-se a necessidade de transcrição de entrevista e o tempo hábil para análise de tal procedimento.

Tópicos guias que foram abordados nas entrevistas:

- Há quanto tempo você atua como psicólogo(a) em abrigamento?
- Quais são as estratégias usadas para a manutenção do vínculo familiar?
- Como você avalia o desenvolvimento de atividades em regime de co-educação? Quais funcionam e quais não funcionam?
- Como é realizado o atendimento personalizado e em pequenos grupos? Quais são as dificuldades para sua implementação?

¹ A transcrição das entrevistas está em anexo.

- Quais são as estratégias usadas para que as crianças tenham participação na vida da comunidade local?
- Dentre os princípios estabelecidos pelo ECA, quais, na sua opinião, funcionam e quais ainda não conseguiram ser implementados?
- Em geral, quais são as maiores dificuldades enfrentadas na atuação do psicólogo(a) hoje nos abrigos?
- Como você se preparou para este trabalho?
- Que sugestões daria para a atuação do psicólogo que se dispõe a trabalhar em abrigo?

Todas as perguntas foram feitas para as duas entrevistadas. Porém, adequei-me ao ritmo de cada entrevista, usando de certa flexibilidade, ligando a pergunta com alguma fala anterior, para que não ficasse algo no estilo pergunta-resposta. Assim, ocorreram algumas perguntas extras. Desde modo, segue no quadro 3 a descrição das perguntas feitas para cada uma das entrevistadas e a ordem em que elas foram feitas.

Quadro 3 - Perguntas feitas às entrevistadas

Perguntas		1	2	3	4
	Solange	Primeiramente, gostaria que você me contasse um pouco como é seu trabalho como psicóloga no abrigo	Aqui você tem esse apoio de assistente social?	Há quanto tempo você atua nesse contexto?	Quais são as estratégias que você usa para a manutenção do vínculo familiar?
	Marcela	Primeiramente, gostaria que você me contasse um pouco como é seu trabalho como psicóloga no abrigo	Você também vai ao fórum?	Há quanto tempo você trabalha com abrigamento?	Quais são as estratégias que você usa para a manutenção do vínculo familiar?

Perguntas		5	6	7	8	9
	Solange	Então aqui tem um número significativo de crianças que podem passar o fim de semana fora ou esse caso é uma exceção?	Como você avalia o desenvolvimento de atividades em regime de co-educação?	Quais dessas atividades você acha que funciona ou quais precisam ser aprimoradas?	Como é realizado o atendimento, personalizado ou em pequenos grupos?	sente alguma dificuldade na implementação do serviço mais personalizado?
	Marcela	Como você avalia o desenvolvimento de atividades em regime de co-educação?	Nesse aspecto, qual que você acha ser a maior dificuldade?	Você contou um pouco que seu trabalho é mais em grupo...E como é o trabalho personalizado?	Quais são as estratégias usadas para que as crianças tenham participação na comunidade?	Mais ou menos quantas crianças tem no abrigo que você trabalha hoje?

Perguntas		10	11	12	13
	Solange	Relacionado a isso, quais outras estratégias usadas para que as crianças tenham participação na comunidade?	Dentre os princípios do ECA, quais, na sua opinião, funcionam e quais ainda não conseguiram ser implementados?	Em geral, quais são as maiores dificuldades enfrentadas na atuação do psicólogo hoje nos abrigos?	Como você se preparou para este trabalho?
	Marcela	Dentre os princípios do ECA, quais, na sua opinião, funcionam e quais ainda não conseguiram ser implementados?	Quais são as dificuldades de seguir o ECA?	Em geral, quais são as maiores dificuldades enfrentadas na atuação do psicólogo hoje nos abrigos?	Como você se preparou para este trabalho?

Perguntas		14	15	16	17
	Solange	Qual sugestão você daria para o psicólogo que gostaria de atuar nessa área?	Tem mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar?	E você tem alguma sugestão para a entrevista?	
	Marcela	Que sugestões você daria para a atuação do psicólogo que se dispõe a trabalhar em abrigos?	Como você vê a importância do psicólogo?	educadores recorrem muito a você quando eles estão com essa angústia?	Você tem alguma sugestão?

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao realizar as entrevistas, de início fiquei um pouco apreensiva, porém fui muito bem recebida por ambas entrevistadas e tornou-se um ambiente muito agradável e confortável.

3.1.4 – Procedimento de análise

Para proceder a análise é necessário que as atividades sejam separadas de acordo com duas etapas: foi constituído o *corpus*² e análise do discurso. Nesta pesquisa, o *corpus* analisado pela transcrição das entrevistas das psicólogas que trabalham em abrigos.

A análise constituiu no “recorte” da transcrição em temas e frequência de ocorrência, assim, podendo significar algo para o objetivo analítico.

O tema, enquanto unidade de registro, corresponde a uma regra de recorte (do sentido e não de forma) que não é fornecida, visto que o recorte depende do nível da análise e não de manifestações formais reguiadas. Não é possível existir uma definição de análise temática, da mesma maneira que existe uma definição de unidades linguísticas. (BARDIN, 2011 p.135)

Para proceder aos recortes temáticos, após a transcrição, as entrevistas, foram lidas diversas vezes a fim de identificar conteúdos relevantes e recorrentes no discurso. Assim, separei e selecionei com cores diferentes os temas abordados nas entrevistas³.

3.2- Resultados

Os resultados serão apresentados e organizados em subtópicos conforme os subtemas acima indicados.

3.2.1- Apresentação das entrevistadas e entrevistas

As entrevistas ocorreram em ambientes que as entrevistadas escolheram, assim como o dia e horário pré-agendados por elas. Durante as duas entrevistas, as únicas pessoas presentes no ambiente foram a entrevistada e a pesquisadora. Segue uma breve apresentação das entrevistadas.

Solange (primeira entrevistada) declarou-se branca, tem 35 anos, é casada e atua há um ano em um abrigo. A entrevista teve duração de 36’ com duas pequenas interrupções (crianças do abrigo dando recado e telefone que foi atendido por ela). Ao todo, a entrevista conteve 17150 caracteres (sem espaços) e 3747 palavras. A entrevistada falava de maneira muito calma e pausadamente, o que facilitou a transcrição.

² “O *corpus* é o conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos.” (BARDIN, 2011 p.126).

³ As entrevistas foram transcritas em anexo.

Fui recebida por Solange no próprio abrigo no período da noite, a entrevistada pareceu-me muito simpática e disponível para esclarecer como seu trabalho é realizado na instituição: logo no primeiro contato aceitou fazer a entrevista, com agilidade na disponibilidade. Porém, tive a impressão de estar num ambiente muito formal, de que a entrevista também tomou este rumo, provavelmente por ser o ambiente de trabalho da entrevistada e por ser minha primeira entrevista para esta pesquisa. Ao fim da entrevista, Solange perguntou, se eu tinha interesse em conhecer a casa e as crianças. Afirmei que sim e, muito solícita, mostrou-me os quartos, banheiros e me apresentou às crianças, dizendo seus nomes e idades. Ao todo eram seis crianças com idades entre oito e doze anos.

Marcela (segunda entrevistada) declarou-se negra, tem 57 anos, é casada e atua há 24 anos em um abrigo. Atende, também, pacientes em seu consultório particular que se situa na mesma região da cidade. A entrevista teve duração de 47', sem interrupções. Ao todo, a transcrição conteve 31105 caracteres (sem espaços) e 6502 palavras. A entrevistada falava rápido, quase sem pausas, o que dificultou e prolongou a transcrição

Fui recebida por Marcela em seu consultório particular no período da manhã e a entrevistada pareceu-me muito receptiva, embora o contato para agendar a entrevista tenha sido um pouco mais longo, pois dependia de disponibilidade em sua agenda. Marcela me recebeu muito bem, tive a impressão de que ela estava agitada, porém pareceu-me estabelecer também uma proximidade maior comigo, também pareceu-me a vontade com a entrevista que fluiu com mais facilidade e com uma dinâmica mais próxima. Devem ser considerados os fatos de que a entrevista foi feita no consultório de Marcela e que se tratava de entrevista, durante a qual pude sentir mais segurança.

Quadro 4 – Apresentação síntese das entrevistadas

	Sexo	Auto declarada	idade	Estado civil	Onde trabalha	Há quanto tempo atua em abrigos	Duração da entrevista
Solange	Feminino	Branca	35 anos	Casada	Abrigo	1 ano	36 minutos
Marcela	Feminino	Negra	57 anos	Casada	Abrigo e consultório	24 anos	47 minutos

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da seleção de temas das entrevistas transcritas em anexo e, com base na teoria, as categorias a serem analisadas foram separadas. A categorização permitiu que os dados fossem apresentados em texto e em tabelas. Para que os leitores tenham acesso às falas das entrevistadas na íntegra, assim como as perguntas feitas, podendo acompanhar adequadamente o trabalho de análise. A transcrição das entrevistas estão anexadas ao fim do trabalho.

Baseada nas perguntas feitas nos tópicos guias pré-estabelecidos, na teoria, a apresentação dos resultados focalizará sete temas:

1. Apresentação das entrevistadas;
2. Equipe interdisciplinar e profissional;
3. Foco de trabalho;
4. Atividades e estratégias realizadas com a equipe, família, comunidade, especialistas, escola e crianças;
5. Importância do ECA;
6. Individualidade;
7. Formação profissional e tensões no desempenho de atividades;

Solange trabalha em abrigo que acolhe seis crianças tendo entre 6 e 12 anos. Marcela, por sua vez, trabalha em um abrigo que acolhe 17 crianças e adolescentes tendo zero e 9 anos.

Equipe interdisciplinar e profissional

Ao descreverem como é o trabalho do(a) psicólogo(a) no abrigo, as entrevistadas relataram sobre a importância da instituição ter uma equipe interdisciplinar que realize de modo integrado, através de diferentes formas, o trabalho e a rotina na casa. ***“Então assim, é um trabalho muito amplo, eu diria que essa questão ela teria que estar apoiada juntamente com uma pessoa do serviço social. Então eu não diria que a casa de acolhimento seria um trabalho exclusivamente do campo do psicólogo porque tem momentos que você não vai dar conta e tem momentos que é sua área e tem que entrar outro profissional para te dar um suporte. Então eu diria que tinha que ser um trabalho de dois profissionais atuando dentro de uma instituição”.***

Solange destaca que a acolhida às crianças deveria ser realizado juntamente com a assistente social, portanto, este trabalho de acolhimento não seria um campo exclusivo do psicólogo, tendo como ideal a atuação de dois profissionais trabalhando na instituição. Ao ser perguntada se ela possuía esse apoio, Solange declarou que hoje ainda não dispõe do auxílio de uma assistente social, portanto, e que atua sozinha. Relata, porém, que está nos planos da instituição a contratação. Solange declara que, em o suporte técnico é dado aos(as) educadores(as) por meio de reuniões e fornece aproximação já que elas fazem parte da “linha de frente” com as crianças.

Marcela diz que seu trabalho é com a equipe técnica do abrigo, composta pela assistente social cooperadora e a diretora da casa. O trabalho se baseia na discussão de questões que dizem respeito às crianças, a seu desenvolvimento e como elas estão dentro da casa. A frequência dessas reuniões é mensal. A equipe técnica a que Marcela se refere também tem a função de passar informações para as demais funcionárias a respeito do desenvolvimento infantil, comportamentos esperados ou não no processo de desenvolvimento. Tais encontros são realizados a cada quinze dias com as educadoras. Marcela também destaca que, ao todo, trabalham na casa dez educadoras distribuídas em turnos. Além de conversarem a respeito das crianças, também conversam sobre o trabalho das educadoras, suas possíveis dificuldades e angústias que podem sentir no trabalho. ***“Então nós temos a preocupação de fazer um trabalho de entender os sentimentos das crianças, trabalhar esse tipo de sentimento e para isso a gente também faz um trabalho com as educadoras, que são as pessoas que cuidam das crianças e todos os profissionais do abrigo. Esse trabalho é feito mensalmente através de reuniões mensais que fazemos capacitações, conversa sobre as questões, passamos algumas informações pras funcionárias, falamos do desenvolvimento infantil, as coisas que são “normais” ou não para que elas entendam como é esse processo de desenvolvimento de cada criança”.***

Foco de trabalho

Solange apresenta como foco de seu trabalho o desenvolvimento da autonomia das crianças, o que aparece em diferentes momentos da entrevista. Ela conta que quando começou a trabalhar naquele abrigo, a autonomia era pouco desenvolvida, apesar as crianças, segundo ela, estarem numa idade boa para que isso fosse trabalhado (10 a 12 anos).

A psicóloga relata que seu desempenho focaliza a rotina da casa no sentido de direcionar seu trabalho para que as crianças desenvolvam a autonomia. Relata que

quando iniciou seu trabalho, as crianças “nem descascavam uma laranja sozinhas”, pois as educadoras faziam tudo por elas. Assim, foi enfatizando junto às crianças e educadoras que a autonomia era importante no sentido de que as crianças não iriam ficar abrigadas para sempre e era necessário que elas aprendessem coisas básicas do dia a dia:

“Então foi feito um trabalho, uma visão de colocar que eles não vão ficar aqui para sempre e que vai chegar uma hora que eles vão abrir o portão e vamos ter que dar um tchau para eles e como vai ficar essa pessoa lá fora se não sabe nem descascar uma laranja?”.

Deste modo, informa que as crianças precisariam assumir tarefas da casa, ter uma rotina, como em qualquer outra casa. Solange conta que hoje eles acordam, tomam café, arrumam o quarto, vão para escola, retornam, almoçam e ainda ajudam nas tarefas domésticas, como limpar o banheiro, além das atividades individuais. A psicóloga incentiva as crianças a fazerem atividades sozinhas, como por exemplo, a preparar bolo.

O abrigo passou a permitir as mais velhas a irem sozinhas à escola, num processo gradual de primeiro deixar até metade no caminho, ampliando a autonomia, até elas irem completamente sozinhas; o fato das educadoras irem todos os dias na porta da escola também marcavam as crianças, segundo Solange, como “os meninos do abrigo” e as crianças demonstravam muito incomodo com isso. Para Solange, o fato de as educadoras confiarem nas crianças para atuarem sozinhas torna-se gratificante e até mesmo aumenta a autoestima das crianças através de pequenas tarefas da rotina, como pegar algo no mercado próximo e alugar um filme. Desde modo, associados com a autonomia, não só os direitos como os deveres também são trabalhados: ***“Eu acho que a gente não só deve trabalhar os direitos e sim seus deveres também, vamos tentar ligar com a questão da autonomia” (Solange).***

Marcela, durante a entrevista, destaca, no seu trabalho, a importância da escuta e compreensão da história de vida da criança, além da importância de conhecer e considerar o desenvolvimento infantil. Marcela aponta que seu trabalho começa desde que a criança chega a partir do acolhimento sempre tentando entender qual é a história de vida:

“Nós procuramos acolher a criança assim que ela chega, sempre tendo em mente que cada criança é uma criança e que ela tem uma história que é individual e que aquela história faz parte da vida dela, a história determina também como ela se sente, como ela é e como ela está” (Marcela).

Desenvolve, então, um acompanhamento para conhecer a criança e orientar o educador a respeito da história de vida, já que ele estará com a criança no dia a dia. Busca mostrar para o educador que, comportamentos das crianças podem decorrer de medos, inseguranças e tudo aquilo que ela já viveu.

A psicóloga aponta que cada criança vive por histórias completamente diferentes e isso faz diferença na hora de entendê-las. Exemplifica que há crianças que já viveram situações de violência, abandono, experiências na rua e que isso pode gerar agressividade, muitas vezes como reflexo do próprio ambiente em que viviam anteriormente. Segundo Marcela, o comportamento da criança pode refletir na história de agressividade que ela passou: ***“É por conta da história de agressividade que elas viveram, crianças com a sexualidade fora do esperado para aquela idade, também percebemos que elas sofreram abusos ou viveram em situações de promiscuidade, ou não sofreram abuso, mas viveram ali, num ambiente promíscuo e fez com que elas vivessem isso”***(Marcela).

A partir dessa compreensão da história de vida, Marcela relata que seu trabalho é de acolher, conversar e mostrar à criança o que está acontecendo com sua vida naquele momento, que ela vai precisar ficar na casa, porque ela está separada da família e passar-lhe compreensão para este momento difícil.

“É sempre procurando acolher e entender e ter uma relação aberta com a criança e conversar de acordo com cada faixa etária, é lógico. Então como ela pode entender e se pôr disponível para que ela possa perguntar, para que ela possa saber o que está acontecendo na vida dela”.

Conjuntamente com isso, Marcela destaca que seu foco também está em entender como se dá o desenvolvimento infantil e compartilhar isso com as educadoras.

“(...) falamos do desenvolvimento infantil, as coisas que são “normais” ou não para que elas entendam como é esse processo de desenvolvimento de cada criança. Nós trabalhamos com crianças de zero a 8/9 anos, falamos muito sobre bebês e desenvolvimento dos bebês, como deve ser a relação do educador com essas crianças(...)”

Para a psicóloga, apresentar o desenvolvimento infantil é importante, pois permite que as educadoras também façam parte dessa compreensão de como é uma criança e facilite o trabalho de ligar com várias crianças apesar de cada uma ter seu jeito.

Atividades e estratégias realizadas com a equipe, família, comunidade, especialistas, escola e crianças.

Perguntei às entrevistadas quais são as estratégias adotadas para que a criança e o adolescente fossem inseridos na comunidade e mantivessem o vínculo familiar (quando possível). Solange opina que o contato com a família não pode ser perdido, por isso, como estratégia, ela liga para a família, faz visitas domiciliares, propõe finais de semana para reencontros. Quando as crianças/adolescentes fazem aniversário podem convidar a família. O grupo também promove almoços temáticos, visando manter a aproximação. Porém, a psicóloga destaca que não são todos os casos que isso é possível, às vezes, acontece da criança estar abrigada há muito tempo e perderem este contato ou até mesmo pais que perderam o pátrio poder e não podem visitar os filhos. Mas também assinala casos em que os pais levam os filhos para passarem o fim de semana juntos. Tudo isso, conforme a psicóloga, feito com muito cuidado a partir de estratégias graduais.

“Então essa questão eu sempre estou ligando pra mãe, sempre estou deixando a mãe a par dos atendimentos, das orientações e o fórum também. Então toda vez que essa criança vai para casa da mãe, que ela fica lá no processo, ela me traz novidades, eu vejo se isso foi bom pra ela, vejo como está o ânimo dela em relação a isso e comunico com as técnicas através de relatórios” (Solange).

Com relação às atividades desenvolvidas dentro e fora da casa, Solange destaca, entre outros, a rotina que todos têm e que as crianças têm seus deveres e também especialidades médicas fora da casa. Dentro da casa, acontecem atividades em grupo, oficinas temáticas, roda de conversa, atividades voltadas para o trabalho em grupo. Com a participação da comunidade, as crianças participam de oficina de artesanato fora da casa. Quando há festas na casa de amigos ou batizado, as crianças participam e também convidam amigos de fora da casa para reuniões e festas. Em relação à comunidade Solange relata:

“Então eu acho que essa inserção é importante, que nem eu te falei, vai chegar um dia que a gente vai ter que abrir o portão e falar: olha, agora você vai ter que ir. Se eles não tiverem inseridos lá fora com questão de curso, pegar ônibus, como se portar numa festa, o que é um batizado... Isso vai ficar muito difícil pra eles” (Solange).

Sobre a inserção na comunidade, Solange aponta que o mais difícil é o acesso a cursos, pois são difíceis de encontrar e distantes da casa. Por isso destacada, mais uma vez, a importância da autonomia para que as crianças/adolescentes possam ter acesso a cursos que são distantes da casa e também possam pegar ônibus sozinhos.

Em relação ao vínculo familiar, Marcela afirma que a estratégia usada pela equipe técnica é de conscientizar a família quanto a atual condição da criança e de procurar entender o que está acontecendo com a família. A assistente social encaminha a família para programas sociais, para que elas possam participar e ela. Marcela afirma que, como psicóloga, tenta entender como aquela família está emocionalmente, e se for necessário, encaminhar para atendimento no intuito de que a família possa se reestruturar e conseguir acolher a criança de volta.

Quando podem fazer visitas, Marcela também procura orientar as famílias sobre o que devem ou não conversar com a criança, pois excesso de expectativa pode gerar muito sofrimento à criança:

“Às vezes os pais por não saberem exatamente como fazer, como lidar com a criança dizem para ela que vão voltar, que vão levá-las embora e elas não sabem o quanto tempo leva para uma criança voltar pra família ou não depende de toda a atuação do fórum, das técnicas do fórum e do juiz. Então nós costumamos trabalhar com a criança muito abertamente falando pra ela de fato tudo que acontece, com a verdade mesmo, desde que a criança tenha idade para entender. Colocamos que tudo depende do juiz, ele que vai decidir como as coisas vão acontecer ou não e a gente procura orientar a família pra que eles entendam isso também e não coloquem expectativas nas crianças porque isso gera um sofrimento muito grande para a criança, gera um sofrimento grande” (Marcela).

Para que o vínculo se mantenha, quando possível, Marcela orienta a família para que as visitas sejam constantes, que ocorram no dia da visita, para que familiares brinquem com as crianças e se aproximem ao máximo delas, pois manter o vínculo dentro do abrigo é importante. A equipe técnica avalia o vínculo familiar antes e durante o abrigamento, observa na relação, se a família se interessa em acompanhar a vida da criança, em saber como ela está, como está na escola.

Nos casos em que ocorre possibilidade de a criança voltar para a família é nula, e a mesma passa a estar disponível para adoção, Marcela relata:

“Então se a criança vai ser instituída da família, a gente conversa: olha, o seu pai, sua mãe, não podem mais ficar com você e eles não vão poder ficar mais e vamos procurar para ver se conseguimos uma família nova. Quando eles estão disponíveis pra adoção sabemos que vão receber visitas de casais, de pessoas que querem adotar nós conversamos com as crianças também. É sempre procurando acolher e entender e ter uma relação aberta com a criança e conversar de acordo com cada faixa etária, é lógico. Então como ela pode entender e se pôr disponível

para que ela possa perguntar, para que ela possa saber o que está acontecendo na vida dela” (Marcela).

A equipe do abrigo procura espaços em que as crianças possam frequentar diariamente. As principais atividades realizadas fora do abrigo seriam: escola, passeios, igreja, CCA (Centro para criança e adolescente). Orienta-se para que os educadores saiam com as crianças, quando muito pequenas, mostrem os lugares importantes por perto do abrigo, passem em parques e quando vão buscar alguma coisa, sempre levem como companhia as crianças. Com os adolescentes, a estratégia usada é que eles possam levar colegas de escola ao abrigo e tenham uma vida semelhante à de qualquer outro adolescente.

Marcela relata que também participa das reuniões escolares, conversa com profissionais que trabalham com as crianças, com médicos e psiquiatras. Além disso, também participa de uma reunião mensal dentro do fórum “dialogando com os abrigos”, onde são discutidos as questões relacionados aos abrigos:

“Na maioria das vezes quem conversa com as técnicas do fórum é a assistente social. Mas sempre que é preciso eu faço isso, também vou conversar com as técnicas, faço relatórios sobre como as crianças estão, como todas as coisas que estão acontecendo, como as visitas dos pais as afetam emocionalmente, o que eu acho mais importante, como está o comportamento delas, como elas estão se desenvolvendo emocionalmente e faço esses relatórios que juntamente com o relatório da assistente social vai pra equipe técnica do fórum” (Marcela).

Importância do ECA

Quando perguntadas a respeito do ECA (*Dentre os princípios do ECA, quais, na sua opinião, funcionam e quais ainda não conseguiram ser implementados?*), as entrevistadas explicitaram diferentes pontos de vista a respeito.

Solange destaca o ponto de que o ECA foi elaborado há mais de 20 anos e nunca foi reformulado, argumenta que, na época, a família e a criança/adolescente eram “diferentes” e que seria necessário uma atualização para as necessidades da sociedade atual, até mesmo a concepção de família mudou:

“Até na questão do contexto familiar, a família que era de antes não é a mesma que é de hoje e tem casos, por exemplo, se formos ver, há novas nomenclaturas de família em relação ao divórcio, a homoafetividade, então apesar

da nossa lei aqui no país falar que as questões estão andando, tem muitas questões aí que talvez num processo de família extensa, não sei como a sociedade poderia ver essa questão dos acolhidos nesses tipos de família. Embora que eu veja que é melhor estar numa família seja ela de que origem é se é igual a minha ou a sua, não importa. Mas se essa família tem a questão de contexto de família, algo que possa estar passando e formulando no indivíduo, é melhor ele estar nessa questão da família do que ele estar dentro de uma instituição” (Marcela).

Marcela destaca outro lado do ECA. Considera pontos que ajudam no Estatuto são as normas que visam regularizar os abrigos no país e desde modo, norteiam o trabalho, desde o espaço físico até o tipo de profissional, seu papel profissional e como deve agir. Tudo isso trouxe benefícios, reorganização e mudança na realidade das crianças abrigadas.

“Como eu te disse, eu já trabalhei bem antes do ECA, então houve muitas transformações muito importantes para a criança que é institucionalizada; como a individualidade da criança que antigamente não tinha, o número de crianças em cada abrigo, como o abrigo deve lidar com as crianças, como o abrigo deve ser, abrigos não têm placa, não pode ter. E isso vem de normas que foram surgindo a partir do ECA e que o ECA determina a convivência da criança na comunidade, na convivência familiar... coisas que antes ficavam muito segregadas mesmo e as vezes eram estigmatizadas por serem crianças do abrigo, aquela placa enorme: lar isso, lar aquilo e as crianças eram estigmatizadas, eram discriminadas na escola e na comunidade, era visto como um espaço de crianças que tinham problemas e tem crianças que tem problemas e têm crianças que não tem, como qualquer criança. Então eu acho que isso foi muito importante no ECA, porque foi um estatuto que veio normatizar, foi normatizar mesmo. Abrigos que eram enormes tiveram que fechar e abrir unidades pequenas, as crianças têm que ter espaço, cada criança têm suas próprias coisas, suas próprias roupas e isso é de um ganho muito grande para as crianças” (Marcela).

Como crítica coloca que alguns aspectos devem ser debatidos, como por exemplo, questões familiares (manutenção do vínculo) que estão determinadas no Estatuto, mas, em alguns casos, podem não trazer benefícios às crianças:

“Mas às vezes dá certo desconforto quando você precisa seguir aquilo que está no ECA e a gente vai ter que mostrar que aquilo que tá lá não é aquilo que é o melhor para a criança. Então é uma questão que acaba, às vezes, de você ter que

ter uma atitude que está lá e vemos que aquilo não é o melhor para aquela criança naquele momento” (Marcela).

Individualidade

Diversas estratégias foram relatadas pelas psicólogas entrevistadas para contribuir para a manifestação da individualidade da criança, como por exemplo, o vínculo com a família de origem, a inserção na comunidade, atividades especializadas e a busca de aproximação entre o abrigo com o lar.

Solange se refere aos atendimentos personalizados que ocorrem na casa ou fora dela. Menciona que as crianças participam do Projeto Equilíbrio, uma rede de escola do Hospital das Clínicas pela qual as crianças têm acesso a diversas especialidades médicas cujo encaminhamento é feito de acordo com as necessidades e “temperamentos” de cada criança. Também menciona atendimento personalizado baseado no PIA (Programa infância e adolescência), com o qual são planejadas atividades para cada um:

“(...) o que eu acho é que tem que ser uma coisa personalizada mesmo, de acordo com a necessidade de cada um, o temperamento e também temos que ver aquilo que a pessoa gosta, qual que é o desejo da pessoa (...) Por exemplo, aqui nós temos uma menina que tem hiperatividade, se eu não tiver uma coisa personalizada pra ela fica muito difícil e se as educadoras não estiverem atentas a isso também fica muito difícil” (Solange)

Marcela enfatiza individualidade quando conversa com cada criança, assume um papel em que elas possam confiar, procura mostrar o que elas estão sentindo e ajudá-las a entender o momento que elas estão vivendo:

“Aí você conversa com a criança e é uma conversa que não é uma terapia, mas é algo que se torna terapêutico no sentido que eu estou ali com a criança com meu olhar de compreender o que está acontecendo com ela e ajudá-la a se perceber melhor e entender o que está acontecendo, de ser um espaço em que ela pode se colocar, que ela pode falar o que ela está sentindo, procuramos a fazer coisas que a criança aprenda a expressar o que ela está sentindo, a compreender o que ela sente e expressar. O trabalho psicoterapêutico com a criança é feito fora, quem vai trabalhar as questões emocionais da criança são os profissionais que trabalham fora, que elas são levadas.” Também há trabalhos em grupos que podem contribuir para o reconhecimento de si: ***“(...) nós fazemos os trabalhos em grupos, são***

trabalhos de conscientização de si mesmo, de autoestima, através de leitura, brincadeiras, atividades que fazem com que as crianças comecem a aprender a se expressar e conviver num grupo mesmo” (Marcela).

A respeito da individualidade, Marcela relata que já trabalhara em instituições de abrigos antes do ECA e que nesses locais tudo era igual para todos. Assim, relembra que só havia espaços coletivos, com roupas coletivas e as crianças não tinham a própria individualidade respeitada devido à padronização.

“Então se você pensar em crianças que estiveram institucionalizadas antes disso, elas sofreram muito por essas pequenas coisas, que parecem muito pequenas quando você tem sua casa, seu quarto, sua roupa ou se você não tem seu quarto, tem sua roupa ou se vem do irmão e você sabe que era dele e agora é seu; isso é muito banal pra quem vive tudo isso, mas para uma criança que não tem espaço, não tem individualidade, não pode ser ela mesma e é vista como que a história dela é vista como algo ruim, ter essa mudança é muito importante” (Marcela).

Assim, no desenvolvimento de seu papel de psicóloga no abrigo, Marcela relata que procura orientar para a importância do desenvolvimento saudável da criança, para que a individualidade e autoestima sejam respeitadas e a criança saiba quem ela é de onde ela veio: ***“Tem que entender que a criança tem sua individualidade e que apesar de ela estar abrigada ela é uma pessoa, ser um ser humano. Parece muito óbvio, mas nem sempre o profissional vê (...)” (Marcela).***

Formação profissional e tensões no desempenho de atividades

Sobre sua formação profissional, Solange relata que primeiro começou a trabalhar num CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e que, no começo, não sabia muito bem como funcionava e foi aprendendo aos poucos. Depois participou de um projeto social a respeito de impactos comunitários, trabalhando na área social, assim como no abrigo onde que atua há um ano. ***“As coisas vão te conduzindo... Isso tem a ver com o despertar, não sei se você já teve esse despertar lá na faculdade... Eu vou para esse lado aqui, é o que me chama” (Solange).***

Em relação às dificuldades enfrentadas pelo(a) psicólogo(a) que decide atuar nessa área, Solange aponta que o trabalho com abrigamento é árduo e envolve muitas questões pessoais que apelam por preparo para conseguir lidar. Relata que, na época

em que estava se formando, ninguém queria trabalhar na área comunitária e social, pois envolvem um público e questões sociais muito intensas:

“(...) com aquele que talvez não cheirasse tão bem, com aquele que já fez uma coisa que às vezes a sociedade não aceita... Então isso mexe muito, é um campo de trabalho muito vasto, ele é muito árduo, pouco se tem feito nessa questão social” (Solange).

Outra dificuldade apontada é a de ter que reformular muitas coisas aprendidas na faculdade e enfrentar condições não ideais de trabalho:

“Na prática você vai ter que criar o seu, não que você vai ter que esquecer ou abandonar tudo aquilo que você aprendeu durante cinco anos, mas a questão social faz você dar uma formulada. Por exemplo, na clínica você está numa sala com quatro paredes, você e seu paciente ou seu cliente. Na questão social não, às vezes você faz seu atendimento num banquinho, numa praça. Na clínica se você chama o pai pra conversar é uma postura diferente e no social às vezes pra você entender a questão dessa família você tem que fazer uma visita, você tem que ir lá ao meio dele, conhecer e ver o que aconteceu naquele processo para entender o que está acontecendo pra você em cada caso” (Solange).

Solange também coloca como parte da dificuldade do trabalho que se desenvolve, pessoalmente com a história de vida das crianças, que efetua comparação entre as crianças do abrigo que já passaram por tantas dificuldades e seu filho que vive em boas condições.

“São vidas que estão aí e quando você tem um enfoque em criança isso te pega muito porque são tão novos e já passaram por tantas coisas e o que essas pessoas fizeram para merecer isso, né? E como eu posso contribuir na história de vida dessa pessoa? Eu diria pra você que ninguém cai por acaso numa questão de abrigo ou acolhimento” (Solange).

Assim, Solange destaca a importância da resiliência para quem trabalha em abrigo, a importância em acreditar no futuro e a crítica em relação à postura salvacionista:

“resiliência é muito importante, a questão da redefinição, a questão de você ter um enfoque de sempre trabalhar com eles que o amanhã sempre pode ser melhor e isso contribui; isso te deixa também mais humana nas relações. (...) sem perder o que é seu e o que é do outro. Não uma visão que você vai salvar o outro,

vai dar uma solução para tudo, mas eu acho que é isso que te traz experiência no dia a dia” (Solange)

Solange aponta outras dificuldades, como o baixo salário comparado com outras áreas de atuação da psicologia, o investimento em cursos que podem não dar retorno imediato. Ela afirma que para atuar nessa área, acima de tudo, tem se que gostar muito, fazer cursos, aprender com a prática e respeitar a decisão do outro.

“(…) a sugestão que eu dou é que você tem que gostar de pessoas, você tem que saber que o tempo das pessoas não é o seu tempo e o primordial: respeitar a decisão das pessoas. Porque às vezes a gente está dentro de uma ação social, dentro de um trabalho, mas aquele desejo é seu e às vezes não é da pessoa que você está assistindo ou acolhendo. Ai você fala: puxa vida, eu fiz tudo isso, montei um PIA, fui lá ao fórum, fui não sei onde e não correu para isso... Se não correu é porque não tinha que correr mesmo, mas o seu papel você fez e você também ter que ter a questão do desejo do outro às vezes não é o seu desejo e respeitar essa questão do outro, o que você quer pro outro talvez não seja o que ele quer naquele momento ou às vezes ele não está preparado para aquele momento e para aquilo que você está apontando” (Solange).

Marcela conta que sua formação profissional começou a partir de estágios voluntários, conhecendo o abrigo, fazendo leituras, pesquisas, cursos e participando de capacitações para tal. Informa que sua trajetória também se constituiu com o conhecimento na prática desses trabalhos voluntários e estudando o ECA para conhecer o universo de abrigamento.

Marcela aponta algumas dificuldades centrais no trabalho do psicólogo no abrigo. A primeira delas é comunicar à criança e à família que ela terá que ficar abrigada por algum tempo, o que acontece logo quando a criança chega ao abrigo:

“Quando você precisa falar para a família e para criança que ela vai ficar separada da família dela e que a família não vai mais estar com ela, é difícil porque a criança, seja lá como for a família dela, a criança, na maioria das vezes quer estar com a família, com a mãe, com a avó, com o pai. Então isso é bastante difícil porque a criança sofre muito, é importante saber lidar com esse sofrimento da criança, de que ela vai ser separada da família” (Marcela).

Outro momento difícil apontado por Marcela é quando a criança fica muito tempo abrigada, quando vê que outras saem, outras entram e ela continua lá: a criança está disponível para adoção, mas, por algum motivo, não é adotada. Segundo a psicóloga,

isso ocorre, na maioria das vezes, quando a criança já é maior ou está em grupo de irmãos.

“(...) e aí temos que lidar com o sofrimento daquela criança nesses momentos e elas muitas vezes mostram o sofrimento através das atitudes que elas têm: é uma criança muito fechada, a criança não come, a criança é agressiva, vai mal na escola, não participa das atividades e aí temos que fazer uma leitura disso e ir explicitando para criança como ela se sente: olha, eu entendo o que você está sentindo porque você gostaria de ter uma família nova, mas você não tem, mas vamos pensar na forma melhor de lidar com isso porque essa maneira que às vezes você age, agressivamente, se fechando, faz com que você não faça parte do que acontece e isso te deixa mais triste ainda. Ter um trabalho de conversar com a criança e mostrando pra ela como ela entende, além do que elas são encaminhadas para atendimento psicológico e entra-se em contato com os profissionais que atendem pra ajudar a criança a entender a situação dela” (Marcela).

Falar com a criança sobre o impedimento de sua família visitá-la também é apontado como uma grande dificuldade: ***“Ter que falar com a criança que ela não vai receber mais as visitas dos pais. Tem umas crianças que já vão com a visita proibida e elas querem saber onde estão os pais, por que não veio, aí elas choram, ficam muito tristes” (Marcela).***

Muitas vezes, segundo Marcela, acontece de a criança estar disponível para adoção, mas não aceitar ser adotada. A psicóloga relata que a criança chega ao abrigo com certa insegurança. Depois com muito acompanhamento, consegue sentir-se segura, porém, a possibilidade de adoção torna-se mais um momento de insegurança, isto é, sair de uma situação pela a qual já estava acostumado para algo totalmente novo e incerto:

“Já saiu de uma situação ruim e foi para outra que também era ruim a princípio e só depois dá aquela estabilizada, uma coisa mais equilibrada. E quando elas vão ser adotadas elas têm que sair dessa estabilidade e às vezes as crianças têm certa resistência nesse aspecto e a gente trabalha isso também” (Marcela).

Marcela relata casos em que as crianças são adotadas e depois de algum tempo são “devolvidas”. Para Marcela, esse é um momento muito difícil, pois a criança sente-se culpada pela devolução:

“(...) todas as vezes que uma criança é devolvida é porque foi uma falta de preparo de quem adotou e então a gente tem que deixar isso claro para criança, que ela entenda que não é culpa dela. Para ela não carregar mais um peso e também saber que por mais que a gente tente e procure mostrar para criança que

não tem a ver com ela, isso mexe com a autoestima dela de uma maneira muito forte” (Marcela)

Para além da dificuldade de situações relacionadas com as crianças, Marcela também aponta que a relação com os profissionais da casa pode ser difícil pela falta de compreensão e aceitação do papel do psicólogo na instituição:

“(...)as pessoas não conseguem entender que o nosso trabalho, o trabalho do psicólogo na instituição é um trabalho de entender aquela criança, de entender o emocional dela, da gente usar o nosso conhecimento do desenvolvimento infantil para compreender aquela criança. Então às vezes as coisas não são tidas como muito sérias, as pessoas não aceitam, acham que elas podem agir como elas quiserem, não conseguem entender que quando você fala com a criança, como se deve falar, de que maneira um olhar, uma atitude agressiva pode causar uma dificuldade muito grande para aquela criança e pode mexer muito com a autoestima dela; às vezes isso é muito difícil de ser passado” (Marcela).

Com isso, menciona o ponto de que nem sempre os profissionais estão preparados para o trabalho ou foram selecionados adequadamente, o que pode gerar intensa rotatividade na equipe e má qualificação profissional.

“Traçar o perfil do profissional e conseguir recrutar, selecionar o profissional dentro daquele perfil, passar à pessoa a consciência do trabalho que ela tem, que o trabalho dela é um trabalho com o ser humano e em desenvolvimento. Como no nosso caso o abrigo tem bebês, então o primeiro ano de vida é extremamente importante para o desenvolvimento saudável da criança, e a relação mãe e filho é a relação mais importante e muitas daquelas crianças são abrigadas com dias e a relação que elas vão ter vai ser essa relação de maternagem, de alguém que está lá para fazer essa maternagem na criança e nem sempre isso é muito fácil de ser passado. Acho que essa é uma das maiores dificuldades” (Marcela).

Assim como Solange, Marcela também relata o desenvolvimento emocional de todos os profissionais do trabalho. Percebe ser necessário que o psicólogo também lide com as angústias dos profissionais que atuam na casa a fim de melhorar a relação com as crianças.

Coloca que o psicólogo que vai trabalhar no abrigo tem que se capacitar para tal, conhecer o ECA mas, se possível, trabalhar como voluntário para conhecer a instituição e como tudo funciona. Além de ter disponibilidade para trabalhar em situações difíceis e lidar com o preconceito que cerca as crianças:

“E principalmente de trabalhar preconceito, de trabalhar saber que é uma instituição que tem como objetivo proteger as crianças que estão sofrendo situações e que estão sendo afastadas das famílias, não ter preconceito em relação àquela criança, não ter nenhuma ideia pré-concebida em relação à criança: ah, é abrigo, então... Não ter preconceitos em relação a criança, em relação a família, é trabalhar isso mesmo. Não ter sentimento de pena, de você: ah, coitadinha daquela criança, coitada daquela família. É um trabalho de troca de afeto mesmo, tem que ter empatia, de realmente conseguir se colocar no lugar do outro e conseguir entender e trabalhar assim mesmo” (Marcela).

A psicóloga realça, mais uma vez, a importância de o psicólogo saber lidar com tais situações difíceis através de conhecimento pessoal também:

“Então temos que estar prontas para trabalhar essas coisas, para lidar com emoções muito fortes. Então eu acho que é importante que tenha um investimento, um conhecimento pessoal também, cada psicólogo de conhecer, entender sua história, lidar com suas questões e ter um conhecimento técnico mesmo, poder ter um embasamento técnico, ler a respeito, fazer cursos e trabalhar tudo que for possível mesmo. Então é conhecimento teórico, técnico, prático e conhecimento pessoal. O conhecimento pessoal ajuda muito você compreender, poder ter a possibilidade de inverter papel com aquelas pessoas e com aquelas crianças e entender o que acontece com elas, acho que o mais importante é isso” (Marcela).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao relatarem como é a rotina de trabalho e o papel do psicólogo no abrigo, as psicólogas focalizam aspectos diferentes. Porém, ambas relataram condutas, práticas e estratégias que visam proteger a criança e o adolescente, assim como contribuir, positivamente, para o desenvolvimento, autoestima, fortalecimento da individualidade e autonomia. Ambas entrevistadas destacaram a importância de um trabalho de equipe e, acima de tudo, a importância que o educador exerce sobre a criança abrigada, enfatizando que são eles que vão lidar mais diretamente com as crianças e acompanhá-las diariamente. Isto se coaduna com a observação de Siqueira (2009), de quando aponta que, os educadores são os maiores promotores de resiliência para as crianças. Em seu discurso, Marcela usa com frequência a palavra “Nós”, mostrando que o trabalho é feito em equipe; Solange percebe essa importância, mas ainda não dispõe de uma equipe para apoiá-la.

Jungueira & Deslandes (2003) propõem estratégias que poderiam contribuir para que a criança consiga manter-se resiliente. Dentre tais propostas, pude identificar algumas que são relatadas pelas psicólogas entrevistadas: como aumentar o diálogo e a tolerância familiar: Solange e Marcela apontam que, sempre que possível, o vínculo familiar é mantido, a família é convidada para conversar, para participar da vida da criança e que sempre procuram entender qual a situação social daquela família, que também está sofrendo e vivendo esse momento (o abrigamento) como difícil.

Siqueira (2009), que também já atuou em abrigos, aponta que existem algumas variáveis que podem influenciar na resiliência ou na falta dela. Consoante com a teoria, as psicólogas entrevistadas relatam atuações no sentido de que as crianças sejam resilientes e consigam prosseguir além das adversidades. Siqueira (2009) coloca que desenvolver características pessoais através de psicoterapia, atividades educativas e culturais são pontos importantes relacionados com a resiliência; com as entrevistas, pude perceber que as crianças desses abrigos têm acesso a este desenvolvimento, a partir de várias estratégias de inserção na comunidade e do acesso a determinadas especialidades médicas, assim como a própria psicoterapia. Ter acesso a recursos da comunidade também contribui para que a criança consiga compreender quem é ela e qual seu espaço no mundo em que vive; reconhecer-se a si e a sua individualidade.

Ambas as entrevistadas informam a maioria dos princípios propostos pelo ECA: acredito que a diferença de ponto de vista em relação ao Estatuto decorra do fato de que Marcela, pelo tempo de carreira, pôde vivenciar como os abrigos eram antes do ECA e a

diferença que existe atualmente. Porém, as duas explicitam pontos importantes a respeito: o de crítica e de sempre refletir, reformular o que está lá, visando o melhor para a criança. Este fato me passou a impressão que são pessoas que estão buscando, estão agindo para que as condutas não sejam petrificadas. O olhar crítico a respeito mostra que não são conformistas ao que o Estatuto diz, porque, muitas vezes, o olhar e o contato diário podem dizer muito mais o que será melhor naquele momento para determinada criança. Concomitante a isso, as duas apontam que a experiência da prática do dia a dia. Assinalam, ainda, a necessidade de preparação do psicólogo, além do conhecimento técnico e teórico.

Trabalhar em abrigos, com toda certeza não é uma tarefa fácil. Deve-se ter muita dedicação, paciência e conhecimento para lidar diariamente com crianças que estão sofrendo, que são novas e com tantos direitos interrompidos. Pude perceber com as entrevistas, a importância de o psicólogo cuidar-se também para conseguir cuidar do outro. Que isto requer um preparo psicológico e muito cuidado para separar o seu e do outro. As duas psicólogas chamaram atenção para este aspecto, o qual o que ficou ainda mais presente quando pensei no meu estágio, apesar da pouca experiência que tenho em abrigos.

Dentre as dificuldades, pude perceber que existem algumas barreiras que vão além do trabalho do psicólogo. Conforme as psicólogas, o trabalho em abrigos ainda é pouco valorizado socialmente, com salários baixos, percebendo pouco apoio até mesmo das políticas públicas. É difícil seguir o ECA adequadamente se não há cursos gratuitos na comunidade, se não há espaços culturais, parques ou escolas nas proximidades. Trata-se de um trabalho que vai muito além do psicólogo e assistente social, envolve sociedade, sua visão em relação à criança abrigada que ainda é cercada de muito preconceito. Claro que se a equipe faz seu papel dentro do possível, já podemos ver resultados no desenvolvimento infantil e isso é um primeiro e importante passo. Muitos aspectos ainda precisam ser mudados, mas posso dizer que senti muita esperança em saber que existem pessoas que lutam por este trabalho e o fazem com ética profissional.

Para mim, realizar as entrevistas e analisá-las foi a melhor parte de fazer o TCC. A princípio imaginei que seria muito trabalhoso, porém, ter acesso a essas profissionais e ver de perto como é realizado o trabalho do psicólogo, só despertou ainda mais meu interesse pelo tema e trouxe muita satisfação ao trabalho. Por ser um tema que me interessa desde o começo, acredito que fazer o trabalho me trouxe um grande ganho, tanto teórico, quanto prático depois da realização das entrevistas. Aprendi muito com o relato das entrevistadas, principalmente sobre as dificuldades enfrentadas no dia a dia e

as estratégias usadas que ajudam muito as crianças; apesar de ter lido muito a respeito das dificuldades, nada se compara com profissionais experientes compartilhando seu conhecimento e dedicando parte do seu dia para ajudar. Sinto que aprendi muito e que tenho ainda mais que aprender, que o caminho é longo, mas que é possível e cheio de riquezas a serem exploradas.

Acredito que para qualquer aluno(a), o processo de fazer o TCC é árduo, cansativo e, muitas vezes, desmotivador. Mas quando vemos o resultado de tanto trabalho, conseguimos pensar que o trabalho. Antes de começar a fazer, e até mesmo durante o processo, não conseguia me imaginar fazendo pesquisa durante a vida além deste trabalho. Porém, as entrevistas me trouxeram um sabor especial e, principalmente, “cócegas” na vontade de pesquisar e colaborar para produção de conhecimento; claro que o TCC representa um pequeno passo, mas hoje já me imagino, no futuro, também atuando com a pesquisa e, conseqüentemente, colaborando socialmente através de temas de verdadeiro interesse e relevância social.

Apesar de, agora com o trabalho concluído, sentir grande satisfação, acredito que começamos o processo do TCC muito cedo (o que pode ser bom se considerarmos o tempo hábil para sua produção) e de forma muito estática. O que quero dizer com isso é que talvez, na graduação, o essencial não seria fazer um trabalho tão formal e sim algo que desse mais prazer ao aluno e com perspectiva de uso para além da graduação; ficamos tão apavorados com prazos, número de páginas e regras que às vezes nos esquecemos de olhar com calma o conteúdo e até mesmo de escolher um tema adequado. Como disse, tudo acontece muito rápido, pouco ouvimos falar do TCC durante o curso e quando chegamos é como se fosse o maior pesadelo; escolhemos o tema antes de escolher os núcleos do quarto ano, o que, eventualmente, como no meu caso, faz o aluno estudar intensamente três assuntos completamente diferentes, mistificando ainda mais este processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGUST, R. **Psicologia e resiliência: uma revisão de literatura.** Psicol.Argum. Curitiba, v.27, n.58, p.253-2260, jul./set.2009.

ARPINI, Dorian Mônica. **Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes.** Psicologia, Ciência e Profissão. Santa Maria, v21, n3, p.70-75, 2003.

AYRES, Lygia Santa Maria. **Abrigos e abrigados: construção e desconstrução de um estigma. Estudos e pesquisas em Psicologia.** Rio de Janeiro, n2, p.420-433, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo, Edições 70, p. 125 - 158, 2011.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. São Paulo: CBIA – SP, 1990.

BRASÍLIA. **Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada (SAC).** Coordenação- geral da pesquisa: Enid Rocha Andrade da Silva. IPEA CONANDA, 2004.

BEE, Helen. **A criança em Desenvolvimento.** 3ª Edição. Editora Harper & Row do Brasil, São Paulo, 1984. p. 247-276.

GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático.** p. 64-89. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GOFFMAN, Erving . **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, p.11-30,1974.

JUNGUEIRA, M. F.P.S. & DESLANDES, S. F. **Resiliência e maus-tratos à criança.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(1), p.227-235, jan-fev,2003

MARQUES, Cecília de Castro. **O olhar da Psicologia no abrigo: uma cartografia.** Psicologia & Sociedade. Rio Grande do Sul, v20, n3, p.360-366, 2008.

PRADA, Cynthia Granja. **Abrigos para crianças vítimas de violência doméstica: funcionamento relatado pelas crianças e pelos dirigentes.** Psicologia: Teoria e Prática. São Carlos, v2, n2, p.14-25, 2007

ROSSETTI-FERREIRA, M. Clotilde. **Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas.** Psicologia: Reflexão e Crítica. São Paulo, v25, n2, p.390-399, 2009.

SIQUERIA, C. S. **Resiliência e abrigos.** Boletim Academia Paulista de Psicologia, São Paulo, p.65-80, 2009.



ANEXO 1 : MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE

CURSO DE PSICOLOGIA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, declaro, por meio deste termo, que concordei em participar da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso intitulada “A INDIVIDUALIDADE DE CRIANÇAS PELA ÓTICA DE PSICÓLOGOS(AS) DE ABRIGOS”, que consistirá na investigação sobre concepções e práticas ao respeito à individualidade de crianças e adolescentes abrigados (as). Autorizo que o procedimento de entrevista, gravação e transcrição seja feito para que os objetivos do trabalho sejam alcançados.

A pesquisa é desenvolvida pela pesquisadora Camila Menezes Lima, aluna do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e orientado pela Prof^a. Dr^a. Fúlvia Rosemberg. Estou ciente de que elas estão à minha disposição e posso entrar em contato com a pesquisadora através do telefone ((11) 9974-91301) ou e-mail (camenezes05@gmail.com) e com a orientadora pelo telefone (3670-8320 – Curso de Psicologia da PUC-SP) para esclarecimento de qualquer dúvida ou de algum desconforto e para ter acesso às transcrições e gravações da entrevista. Além disso, fui informado(a) que posso interromper minha participação na pesquisa caso me sinta desconfortável, sem qualquer prejuízo.

Afirmo que aceitei participar da pesquisa por vontade própria, sem recebimento de qualquer tipo de benefícios, no intuito de colaborar com o sucesso do trabalho. Também fui informado(a) que o objetivo do estudo é estritamente acadêmico e que as informações dadas serão usadas apenas para fins científicos e de divulgação e que será garantido o anonimato de minha participação.

Estou ciente de que o uso dos dados que forneci está sujeito às normas éticas de pesquisa envolvendo seres humanos da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. A pesquisadora deste estudo me ofereceu uma cópia assinada deste Termo de Consentimento, conforme as recomendações da CONEP.

São Paulo, ____ de _____ de ____.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Assinatura da orientadora: _____

ANEXO 2

Entrevista 1

Dados de identificação:

Nome: Solange⁴ Borges de Carvalho

Sexo: Feminino

Declara-se (raça/cor): Branca

Idade: 35 anos

Estado civil: Casada

Onde trabalha: Abrigo

Tempo de atuação no abrigo: 1 ano

Duração da entrevista: 36 minutos

Camila: Primeiramente gostaria que você me contasse um pouco como é seu trabalho como psicóloga no abrigo.

Solange: Essa questão do abrigo, abrigamento, é um termo que eu acho muito complicado. Prefiro tratar a questão de acolhimento. O trabalho do psicólogo no acolhimento, ele está mais voltado para a questão da integração, do bem estar dos acolhidos, da rotina da casa, das atividades, do trabalho com a família e com o fórum. Então ele está mais interagindo em relação a isso, entendeu?

- Interrupção 1 (batem na porta).

- interrupção 2 – telefone.

Solange: (...) a questão dos relatórios, do plano pedagógico. Então assim, é um trabalho muito amplo, eu diria que essa questão ela teria que estar apoiada juntamente com uma pessoa do serviço social. Então eu não diria que a casa de acolhimento seria um trabalho exclusivamente do campo do psicólogo porque tem momentos que você não vai dar conta e tem momentos que é sua área e tem que entrar outro profissional para te dar um suporte. Então eu diria que tinha que ser um trabalho de dois profissionais atuando dentro de uma instituição.

Camila: Aqui você tem esse apoio de assistente social?

⁴ Nome fictício a fim de preservar a identidade e privacidade das entrevistadas.

Solange: Por enquanto não. Nós estamos vendo essa questão da contratação mais pra frente. Então aqui tudo que se diz a respeito da questão das atividades dentro da casa eu que estou coordenando sozinha nesse sentido.

Camila: Há quanto tempo você atua nesse contexto?

Solange: De acolhimento eu iniciei há um ano. Mas eu venho com atividades voltadas para a questão social. Sempre trabalhei com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Só que as crianças que eu trabalhava antes iam para casa e essas aqui ficam acolhidas dentro da instituição, mas a rotina de tarefas era praticamente a mesma. Então eu tinha que planejar atividades com eles, tinha que planejar atividades com as famílias e com encaminhamentos para redes assistenciais. Então a única diferença é que aqui eles ficam acolhidos e os demais iam para casa.

Camila: Quais são as estratégias que você usa para a manutenção do vínculo familiar?

Solange: Tem várias estratégias. Acho que a primeira é que não podemos perder de vista o contato com a família, então sempre estamos ligando, fazendo visitas domiciliares e nós propomos que finais de semana tenha o reencontro. Nós propomos a questão de aniversariante de convidar os familiares, se tem um almoço temático a mesma coisa. Porque não podemos perder essa questão do olhar, da aproximação. Fazemos isso nos casos que dá para fazer, aqui tem casos que a criança já está aqui há seis anos e não tem como manter esse contato, principalmente quando é a questão que mãe ou o pai perderam a questão do pátrio poder de vez, então não é permitido, mas sempre essa questão do familiar nós fazemos essa aproximação ou da visita ou de levá-los até lá. A questão de relatórios do fórum, sempre mantendo as informações atualizadas. Aqui estamos com um caso de reintegração e esperamos que até o meio do ano já esteja tudo resolvido, a mãe já está levando a filha nos finais de semana, passou as férias no final do ano. Então essa questão eu sempre estou ligando pra mãe, sempre estou deixando a mãe a par dos atendimentos, das orientações e o fórum também. Então toda vez que essa criança vai para casa da mãe, que ela fica lá no processo, ela me traz novidades, eu vejo se isso foi bom pra ela, vejo como está o ânimo dela em relação a isso e comunico com as técnicas através de relatórios.

Camila: Então aqui tem um número significativo de crianças que podem passar o fim de semana fora ou esse caso é uma exceção?

Solange: Olha, aqui nós estamos atualmente com seis e eu diria para você que desses seis, quatro sim.

Camila: Como você avalia o desenvolvimento de atividades em regime de co-educação?

Solange: Olha, tudo tem que ter uma rotina. Embora eles estejam numa instituição, essa instituição tem que ser acolhedora e ela não pode fugir de uma visão de um lar, acho que não podemos perder essa essência. Com as educadoras, a gente sempre tem que fazer a questão da aproximação porque elas que estão na linha de frente com eles. Então fazemos reuniões, damos um suporte técnico. Uma coisa que é importante e quando eu entrei aqui, não se trabalhava a autonomia dos adolescentes, isso que eles estão aqui numa idade boa que é de 10 a 12 anos. Então não são mais aquelas crianças que precisam dos primeiros cuidados. Então meu desempenho nesse sentido é fazer com que elas tenham um olhar para essas necessidades da rotina de uma casa, pra estar acompanhado, orientando, direcionando pra que eles criem a autonomia. Então, por exemplo, quando eu entrei aqui, as crianças não sabiam descascar laranja porque elas [as educadoras] já descascavam. Então foi feito um trabalho, uma visão de colocar que eles não vão ficar aqui para sempre e que vai chegar uma hora que eles vão abrir o portão e vamos ter que dar um tchau para eles e como vai ficar essa pessoa lá fora se não sabe nem descascar uma laranja? Então essa questão com as educadoras eu sempre cobro nesse sentido, o trabalho da autonomia. Com eles, é a mesma coisa, sempre visando a questão da autonomia. Então eles têm aqui a tarefa, eles levantam, tomam café, arrumam o quarto, vão pra escola, retornam e almoçam. Aqueles que têm suas especialidades médicas, vão. Aqueles que não têm ficam em casa ajudando na rotina mesmo, de arrumar quarto, se tiver um banheiro... a semana passada a gente começou essa questão de preparação de bolo pra desenvolver essas questões com eles. Aqui também a gente está procurando, semana passada eles já iniciaram artesanato. Então tem um trabalho realizado com eles na comunidade, acho que isso é o importante. Eles estão aqui, não pode perder esse foco da autonomia e de uma instituição que tem uma visão de um lar.

Camila: Quais dessas atividades você acha que funciona ou quais precisam ser aprimoradas?

Solange: Eles estão num processo que estão entrando na adolescência. É um processo que nós trabalhamos muito com a alteração do humor e eles vinham também de um processo que tudo era feito para eles. Então imagina você, estar lá no seu palácio de glória, todo mundo te servindo e chega uma hora que você tem que sair dessa posição de conforto. É difícil, né? Mas assim, eu diria que apesar das reclamações: ah, não vou fazer agora... eu diria que está surtindo um efeito porque eu sempre tento colocar para eles que eles não estão fazendo para mim ou para educadora, é para eles mesmos, para vida deles. Então assim, como a gente está nesse início, eu diria que as

coisas estão se conduzindo. Tem certas dificuldades, certos anseios, a gente para, conversa, coloca a pessoa um pouquinho para refletir e depois a gente retoma.

Camila: Como é realizado o atendimento, personalizado ou em pequenos grupos?

Solange: Bom, todo o atendimento aqui é feito do PIA [Programa infância e adolescência]. Então eles têm sim um atendimento personalizado com atividades que são focadas só para eles e atividades de grupo. Então eles passam duas vezes por semana no projeto Equilíbrio, não sei se você já ouviu falar desse projeto.

Camila: Ainda não.

Solange: Então assim, esse projeto é rede escola do Hospital das Clínicas, onde tem várias especialidades. Aqui a gente tem crianças com problema de hiperatividade, crianças com doenças mentais. Então assim, dependendo do problema de cada um, é conduzido para sua especialidade. Mas por exemplo, aqui nós temos atividades de grupo, nós temos oficinas temáticas, onde tem rodas de conversa, dinâmicas, então é uma atividade voltada para o trabalho de grupo. A questão do artesanato que eles estão fazendo na comunidade, também é um trabalho de grupo. Então eu diria para você que aqui tem os dois, tanto o individual quanto grupal. Aí vai depender do PIA, o que foi elaborado e trabalhado para cada caso que podemos estar desenvolvendo isso.

Camila: Você sente alguma dificuldade na implementação do serviço mais personalizado?

Solange: Eu não encontro barreiras, o que eu acho é que tem que ser uma coisa personalizada mesmo, de acordo com a necessidade de cada um, o temperamento e também temos que ver aquilo que a pessoa gosta, qual que é o desejo da pessoa. Então eu acho que é a melhor maneira de se acertar essa questão. Por exemplo, aqui nós temos uma menina que tem hiperatividade, se eu não tiver uma coisa personalizada pra ela fica muito difícil e se as educadoras não estiverem atentas a isso também fica muito difícil. Então eu acho que não tem muitas barreiras nessa questão não. É mais trabalhoso, é. Vou dizer pra você que é árduo. Aqui de segunda a sexta-feira nós estamos saindo com todos para as diversas atividades, tanto na questão individual como na questão grupal, mas a gente vê resultados e isso eu posso te falar.

Camila: Relacionado a isso, quais outras estratégias usadas para que as crianças tenham participação na comunidade?

Solange: Bom, aqui na verdade, nós só temos três que estão nessa fase dos 12 anos. Então o que nós começamos a fazer esse ano: questão da escola, no processo da autonomia, não há necessidade de estarmos lá todo dia na porta da escola. Então o que

nós começamos a fazer, no início do ano íamos com eles. Passou um mês, começamos a ir só até metade do caminho e observar se chegavam até o final e agora nós já estamos no último estágio, deles irem sozinhos e pra eles isso é muito gratificante. Por que, né? Porque falavam assim: tia, lá na escola as pessoas rotulavam a gente. “ah lá ô, os meninos do abrigo, ô lá a educadora”. Então eu vejo que isso era uma barreira para que eles se inserissem na comunidade. Então essa questão foi muito gratificante nesse sentido. Outra coisa, aqui nós temos um menino que pra certas coisas a gente vê que ele é muito bom, você pede pra ele ir ao mercado ele vai, se você pede pra ele ir lá à “Lanhouse” pegar um filme ele vai. Então essa questão eu vejo que é muito gratificante pra ele. Agora, o que é mais difícil pra gente nessa questão da inserção da comunidade seria a questão voltada para cursos, que nem sempre a gente encontra, então fica difícil nessa questão. Agora, se a gente trabalhar essa autonomia, vai ter certa hora que mesmo que seja um curso a distância ou longe a gente vai poder deixar ir. A visão da comunidade em relação a eles, eu nunca ouvi deles, a não ser essa questão da escola, alguma coisa contrária. Então quando tem festinha na casa de amigos eles vão, batizado, quando tem alguma coisa aqui nós chamamos as pessoas de fora pra virem para cá. Então eu acho que essa inserção é importante, que nem eu te falei, vai chegar um dia que a gente vai ter que abrir o portão e falar: olha, agora você vai ter que ir. Se eles não tiverem inseridos lá fora com questão de curso, pegar ônibus, como se portar numa festa, o que é um batizado... Isso vai ficar muito difícil pra eles.

Camila: Dentre os princípios do ECA, quais, na sua opinião, funcionam e quais ainda não conseguiram ser implementados?

Solange: Olha, a questão do ECA, eu acho assim... Agora tem uma nova lei, eu até esqueci o nome dessa lei. Mas assim, o que eu vejo: eu vejo que quando o ECA foi elaborado, isso há 20 anos, a sociedade era de um jeito e as crianças e os adolescentes eram de um jeito. Passaram-se já duas décadas e nada foi reformulado e nada foi visto. Eu acho assim, que tem que ter uma atualização para as atuais necessidades de hoje, até visto porque se pegarmos a portaria 46 e 47, alguns termos já foram desatualizados. Então se as leis e portarias se atualizaram, por que o ECA não pode estar revendo também essas questões de atualização? Eu acho que a gente não só deve trabalhar os direitos e sim seus deveres também, vamos tentar ligar com a questão da autonomia. Até na questão do contexto familiar, a família que era de antes não é a mesma que é de hoje e tem casos, por exemplo, se formos ver, há novas nomenclaturas de família em relação ao divórcio, a homoafetividade, então apesar da nossa lei aqui no país falar que as questões estão andando, tem muitas questões aí que talvez num processo de família extensa, não sei como a sociedade poderia ver essa questão dos acolhidos nesses tipos

de família. Embora que eu veja que é melhor estar numa família seja ela de que origem é se é igual a minha ou a sua, não importa. Mas se essa família tem a questão de contexto de família, algo que possa estar passando e formulando no indivíduo, é melhor ele estar nessa questão da família do que ele estar dentro de uma instituição. Eu vejo essa questão muito mais nesse sentido, dessa atualização e das questões das coisas também não ficarem muito burocráticas, às vezes fica muito no papel a lei e vai passando o ano e as pessoas sempre dentro de uma instituição, perdendo coisas, talvez lá fora que poderiam estar trabalhando a autonomia e dando direito de outro tipo de vida ou de escolha. Uma questão que se esbarra muito, de ter o mesmo contexto do menor infrator para o que está desacolhido, eu acho que as visões e os olhares têm que ser diferentes... Lógico que algum problema na questão da família aconteceu lá, mas eu acho que você tem que ter um olhar diferente, um posicionamento, até um trabalho diferente pra isso. Quando você vai pegar o ECA não se fala disso, a respeito disso como ter esse olhar e esse tratamento.

Camila: Em geral, quais são as maiores dificuldades enfrentadas na atuação do psicólogo hoje nos abrigos?

Solange: Aqui se mexe com muitas questões pessoais de vida e se você não tiver um preparo, você acaba se perdendo nessa questão. Eu diria pra você não só na questão do abrigamento, mas na questão social quando você trabalha com a família, com um público que é totalmente diferente que a gente vê ou que se prega no curso de psicologia, pelo menos na minha formação há 15 anos, a gente via muito essa questão clínica e de recursos humanos, não sei como está essa visão hoje. Mas assim, eu lembro que ninguém queria trabalhar com a questão comunitária, social, com aquele que talvez não cheirasse tão bem, com aquele que já fez uma coisa que às vezes a sociedade não aceita... Então isso mexe muito, é um campo de trabalho muito vasto, ele é muito árduo, pouco se tem feito nessa questão social. Outra coisa, o que remete pra você, é você ter certa neutralidade, saber o que é seu e o que é do outro. Saber também que nem tudo que às vezes colocam lá na faculdade, daquela questão bonita, daquele olhar... Na prática você vai ter que criar o seu, não que você vai ter que esquecer ou abandonar tudo aquilo que você aprendeu durante cinco anos, mas a questão social faz você dar uma formulada. Por exemplo, na clínica você está numa sala com quatro paredes, você e seu paciente ou seu cliente. Na questão social não, às vezes você faz seu atendimento num banquinho, numa praça. Na clínica se você chama o pai pra conversar é uma postura diferente e no social às vezes pra você entender a questão dessa família você tem que fazer uma visita, você tem que ir lá ao meio dele, conhecer e ver o que aconteceu naquele processo para entender o que está acontecendo pra você em cada caso. Mas eu

diria que eu aprendi muito nessa questão, do acolhimento o que mais mexe comigo, principalmente, estou te falando uma questão assim, até pessoal que a gente tem que saber lidar muito com essa questão... São vidas que estão aí e quando você tem um enfoque em criança isso te pega muito porque são tão novos e já passaram por tantas coisas e o que essas pessoas fizeram para merecer isso, né? E como eu posso contribuir na história de vida dessa pessoa? Eu diria pra você que ninguém cai por acaso numa questão de abrigamento ou acolhimento. Sempre temos uma historinha que nos àquilo, então quem escolheu essa parte não caiu por acaso. O que me pega é isso. É chegar em casa, olhar para o meu filho, ver que as coisas estão bem com ele e vir pra cá e ver que tem pessoas da mesma idade que ele que já passaram por tantas coisas e como reelaborar e reorganizar a vida dessas pessoas, que é uma história diferente da outra. Então aqui a questão da resiliência é muito importante, a questão da redefinição, a questão de você ter um enfoque de sempre trabalhar com eles que o amanhã sempre pode ser melhor e isso contribui; isso te deixa também mais humana nas relações. Você tem um novo olhar, um novo enfoque, uma nova visão e talvez isso fosse diferente se você estivesse no RH, no consultório, porque você está lidando com gente, está ali nas ações, você está acompanhando o processo de perto. Então eu acho que isso é o mais gratificante, essa questão de dentro das ações o que você pode fazer, lógico sem perder o que é seu e o que é do outro. Não uma visão que você vai salvar o outro, vai dar uma solução para tudo, mas eu acho que é isso que te traz experiência no dia a dia.

Camila: Você contou um pouco de como você chegou até aqui... Como você se preparou para este trabalho?

Solange: Olha, que nem eu te falei, ninguém cai aqui por acaso. As coisas vão te conduzindo... Isso tem a ver com o despertar, não sei se você já teve esse despertar lá na faculdade... Eu vou para esse lado aqui, é o que me chama. Então eu acho que você tem que gostar muito, apostar muito, não é uma área que vai te dar um retorno rápido. Se eu pegar a questão do social com as outras áreas, a questão salarial é muito... É uma diferença muito grande que você pode dentro do consultório e o que você pode ganhar dentro de uma casa de acolhimento, então já vemos por isso. Mas assim, acho que você tem que gostar, investir em cursos mesmo que não te dê um retorno imediato e saber seu papel, o que você quer e isso vai te conduzindo. O dia a dia mesmo vai te conduzindo. Então assim, no meu caso, primeiro eu fui para um CRAS [Centro de Referência de Assistência Social] e aquela coisa... O que é isso? Na época que eu entrei no CRAS ele era novo, logo que abriu ele... Gente o que é CRAS, o que é isso? O que é um psicólogo social? Psicólogo faz visita? O que é benefício? E é aquela novidade, você vai se deixando levar, você vai acompanhando. Aí depois que eu saí do CRAS, bom, social é

isso, aí me chamaram para um projeto social. Meu deus, o que é isso pra entender um projeto social, quais relações que o psicólogo pode estar fazer, as questões de impactos comunitários, trabalhos que podem envolver impactos comunitários. O que a sociedade, as vezes, pega um pouquinho da questão da antropologia, da questão da área social do serviço social. Então você vai abrindo os caminhos e leques e depois me conduzi para cá. Eu diria para você que tudo teve um início, meio e fim e eu só fui seguindo o caminho que foi trilhando. Mas a minha visão sempre foi a questão social e sempre tive esse chamado, é a área que eu gosto muito, as ações sociais, eu acho que as coisas se constroem no relacionamento das ações comunitárias dentro das famílias, tendo um enfoque. Então uma coisa foi conduzindo a outra e eu só fui me deixando levar por isso porque eu tinha certeza que era isso que eu queria, entendeu?

Camila: Qual sugestão você daria para o psicólogo que gostaria de atuar nessa área?

Solange: Olha, a sugestão que eu dou é que você tem que gostar de pessoas, você tem que saber que o tempo das pessoas não é o seu tempo e o primordial: respeitar a decisão das pessoas. Porque às vezes a gente está dentro de uma ação social, dentro de um trabalho, mas aquele desejo é seu e às vezes não é da pessoa que você está assistindo ou acolhendo. Ai você fala: puxa vida, eu fiz tudo isso, montei um PIA, fui lá ao fórum, fui não sei onde e não correu para isso... Se não correu é porque não tinha que correr mesmo, mas o seu papel você fez e você também tem que ter a questão do desejo do outro às vezes não é o seu desejo e respeitar essa questão do outro, o que você quer pro outro talvez não seja o que ele quer naquele momento ou às vezes ele não está preparado para aquele momento e para aquilo que você está apontando. Então eu diria que é isso.

Camila: Tem mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar?

Solange: Não, eu só diria para você que eu amo o que eu faço. Estou aprendendo muito, não sei tudo, não sei se eu soube responder as perguntas para você, mas eu estou aprendendo cada dia mais. Então assim, quando a gente trabalha na questão da alta complexidade, acho que a questão das qualificações, de cursos... É o que eu tenho buscado, perguntando como são os procedimentos.

Camila: E você tem alguma sugestão para a entrevista?

Solange: Seria importante também vocês terem acesso aos fóruns, a outra visão do acolhimento na questão judiciária. Uma sugestão que eu dou.

Camila: Gostaria de agradecer sua disponibilidade.

Solange: Se precisar, estamos aqui.

ANEXO 3

Entrevista 2

Dados de identificação:

Nome: Marcela⁵ Leila Ferreira

Sexo: Feminino

Declara-se (Raça/cor): Negra

Idade: 57 anos

Estado civil: Casada

Onde trabalha: Consultório e abrigo.

Tempo de atuação em abrigo: 24 anos

Duração da entrevista: 47 minutos

Camila: Primeiramente gostaria que você me contasse um pouco como é seu trabalho como psicóloga no abrigo.

Marcela: O meu trabalho lá é um trabalho de grupo muitas vezes com as crianças. Eu faço grupos terapêuticos, não é terapia. Não faço esse tipo de atendimento terapêutico com as crianças, eles fazem fora da casa com outros profissionais. Eu faço um trabalho com a equipe técnica, que é a assistente social cooperadora e a diretora da casa, que é um trabalho entre nós, a equipe técnica, que discutimos as questões que dizem respeito às crianças, ao desenvolvimento delas, como elas estão... Principalmente relacionado em como elas estão emocionalmente, como o abrigo, as situações, estão afetando o desenvolvimento delas e como elas estão se sentindo. Então nós temos a preocupação de fazer um trabalho de entender os sentimentos das crianças, trabalhar esse tipo de sentimento e para isso a gente também faz um trabalho com as educadoras, que são as pessoas que cuidam das crianças e todos os profissionais do abrigo. Esse trabalho é feito mensalmente através de reuniões mensais que fazemos capacitações, conversa sobre as questões, passamos algumas informações pras funcionárias, falamos do desenvolvimento infantil, as coisas que são “normais” ou não para que elas entendam como é esse processo de desenvolvimento de cada criança. Nós trabalhamos com crianças de zero a 8/9 anos, falamos muito sobre bebês e desenvolvimento dos bebês, como deve ser a relação do educador com essas crianças, conversa com elas como que o afastamento familiar pode produzir traumas e dificuldades nas crianças para que elas

⁵ Nome fictício a fim de preservar a identidade e privacidade da entrevistada.

entendam que até o comportamento das crianças, muitas vezes, e para estar passando para elas que às vezes os comportamentos das crianças estão ligados com o que elas estão sentindo, com a relação do afastamento com a família e em relação às outras crianças da casa. A saída e entrada de crianças que é assim acontece com certa constância e o trabalho é feito com as educadoras, esse trabalho mensal e nós também fazemos um trabalho semanal que acaba sendo quinzenal porque o horário delas é 12h por 36h. Nós conversamos individualmente com cada educadora a cada quinze dias, a educadora do plantão. São dez educadoras, duas em cada plantão, duas de dia, duas de noite e uma educadora que é volante e uma que é folguista. Então nós conversamos com essa educadora para saber quais dificuldades ela está tendo, como ela está se sentindo no trabalho, que problemas ela não está conseguindo resolver, como está o relacionamento dela com as crianças, como está o relacionamento delas com a equipe e com as outras profissionais. Então basicamente o trabalho é esse. Além do que, às vezes, eu vou conversar também na escola, com profissionais que trabalham com as crianças, com médicos, psiquiatras a gente vai conversar também.

Camila: Você também vai ao fórum?

Marcela: Sim, vou ao fórum. Eu participo de uma reunião que tem no fórum que é uma reunião mensal que se chama: Dialogando com os abrigos. Nessa reunião a gente discute questões relacionadas aos abrigos e quando é necessário também vou ao fórum conversar com as técnicas. Na maioria das vezes quem conversa com as técnicas do fórum é a assistente social. Mas sempre que é preciso eu faço isso, também vou conversar com as técnicas, faço relatórios sobre como as crianças estão, como todas as coisas que estão acontecendo, como as visitas dos pais as afetam emocionalmente, o que eu acho mais importante, como está o comportamento delas, como elas estão se desenvolvendo emocionalmente e faço esses relatórios que juntamente com o relatório da assistente social vai pra equipe técnica do fórum.

Camila: Há quanto tempo você trabalha com abrigamento?

Marcela: Bastante tempo. Eu já trabalhei como voluntária na FEBEM, quando ainda não era Fundação Casa, tinha uma unidade no Pacaembu que era uma unidade chamada de orfanato ainda com crianças que eram abandonadas, e não eram menores infratores. Em geral já trabalhei em muitos abrigos. Já trabalhei num abrigo só de menina que também era conhecido como orfanato e eram abrigos grandes com muitas crianças, as crianças não saíam... Antes do ECA. Então trabalhei em abrigos antes do ECA, continuei trabalhando em alguns abrigos depois do ECA. Acho que desde... Não sei te

dizer precisamente, mas acho que desde 1990, por aí eu trabalho em instituições, sempre mesclando meu trabalho com o consultório.

Camila: Quais são as estratégias que você usa para a manutenção do vínculo familiar?

Marcela: A primeira coisa que a gente trabalha, tem que saber a história da criança. Por que o vínculo foi rompido, o que aconteceu. Na grande maioria das vezes é negligência, a gente tem tido um grande número de crianças que são separadas da família por conta da drogadição, então o trabalho é feito primeiro conhecendo a família, trazendo a família para o abrigo quando elas estão disponíveis para visita porque às vezes as visitas são proibidas. A assistente social procura as famílias, procura saber como é a história delas e aí nós fazemos um trabalho de estar conhecendo essa família, sabendo qual é a disponibilidade dela em relação, procurando entender como ela se sente com o abrigo, o que elas querem fazer para desabrigar aquela criança e aí o trabalho é sempre em conjunto com a assistente social. Nós fazemos um trabalho para conscientizar a família da condição da criança, procurar entender o que está acontecendo com aquela família. A assistente social vai direcionando a família para todos os programas que ela pode participar para trabalhar a questão social mesmo, o que ela precisa. Eu como psicóloga procuro entender o que está acontecendo emocionalmente naquela família, direcionar para atendimentos quando é necessário e na maioria das vezes é necessário que haja um atendimento daquela família para que ela possa se reestruturar e estar trazendo as crianças de volta. Quando as famílias vão ao abrigo, quando elas podem visitar, a gente procura conversar com as famílias pra ajudá-las a entender a situação da criança naquele momento, como ela deve conversar ou não com ela, que coisas que é legal que ela diga ou não. No sentido de que, conforme elas agem com a criança, mexe com ela a ponto de transformar o comportamento dela dentro do abrigo e de causar um sofrimento mesmo. Às vezes os pais por não saberem exatamente como fazer, como lidar com a criança dizem para ela que vão voltar, que vão levá-las embora e elas não sabem o quanto tempo leva para uma criança voltar para a família ou não depende de toda a atuação do fórum, das técnicas do fórum e do juiz. Então nós costumamos trabalhar com a criança muito abertamente falando pra ela de fato tudo que acontece, com a verdade mesmo, desde que a criança tenha idade para entender. Colocamos que tudo depende do juiz, ele que vai decidir como as coisas vão acontecer ou não e a gente procura orientar a família pra que eles entendam isso também e não coloquem expectativas nas crianças porque isso gera um sofrimento muito grande para a criança, gera um sofrimento grande. Procuramos orientar para que os pais que visitam sejam constantes nas visitas, procurem avisar se eles não podem ir e que mantenham um vínculo com a criança dentro do abrigo também, esteja com ela no dia da visita, faça

coisas junto, brinque com ela, se aproxime. Tem uma observação dessa relação da família com a criança, se eles chegam lá e procuram saber da criança, se querem saber como está o desenvolvimento delas, se ela está bem ou não, saber o que acontece, se procuram saber como ela está na escola, se procura se informar mesmo sobre a criança. Isso vai dando parâmetro pra gente ver qual é o vínculo que ainda existe dessa família com a criança, aí a gente vai orientando especificamente a família para o que ela precisa fazer para que ela possa ter aquela criança de volta.

Camila: Como você avalia o desenvolvimento de atividades em regime de co-educação?

Marcela: Nós procuramos acolher a criança assim que ela chega, sempre tendo em mente que cada criança é uma criança e que ela tem uma história que é individual e que aquela história faz parte da vida dela, a história determina também como ela se sente, como ela é e como ela está. Fazemos esse acompanhamento a princípio, conhecemos essa criança, conversamos pra entender a história dela e procuramos orientar o educador, que é aquela pessoa que está mais direta com a criança no dia a dia, pra entender a história de vida da criança. Procuramos passar da maneira mais genérica possível para o educador qual é a história de vida daquela criança, principalmente para que ele entenda que às vezes a criança age daquela maneira por conta dos medos, das inseguranças, daquilo tudo que ela já viveu. Aí procuramos entender a criança, saber da história dela, saber o que aconteceu e também entender que muitas vezes o comportamento, as atitudes que ela tem na casa estão relacionados com a história de vida anterior dela. Então tem criança que vem de todo tipo de situação, são crianças que são às vezes muito agressivas, que viveram situações de violência, viveram situações de abandono, viveram na rua... Então trazem toda uma maneira de ver o mundo que é essa, de quem estava na rua, de quem tem que tomar conta de si sozinho, de quem tinha problemas de agressividade, de abuso sexual muitas vezes. Isso faz com que a gente perceba e entenda a criança, como o comportamento dela pode estar relacionado à história que ela viveu. Crianças que são muito agressivas com os adultos, com as outras crianças... É por conta da história de agressividade que elas viveram, crianças com a sexualidade fora do esperado para aquela idade, também percebemos que elas sofreram abusos ou viveram em situações de promiscuidade, ou não sofreram abuso mas viveram ali, num ambiente promíscuo e fez com que elas vivessem isso. Então acolhemos a criança, conversa com ela, procura mostrar para criança que naquele momento ela vai ficar na casa, conversar com ela por que ela foi tirada da família, o que aconteceu e o básico mesmo é acolher aquela criança com tudo que ela tem. Procurar passar sempre que a gente entende, sabe o que está acontecendo com ela, conversando mesmo: olha a gente sabe que você ficou triste porque você teve

que ficar separada da sua mãe, mas por esse momento você vai ter que ficar aqui até que se resolvam as coisas, nós não sabemos o que vai acontecer... Procurar colocar para ela sempre o que a gente sabe, nós nunca dissemos se ela vai sair ou não, se ela vai ser adotada ou não, isso a gente não sabe. Então nós vamos trabalhando na medida em que as coisas vão acontecendo e conforme as coisas vão acontecendo nós vamos conversando com a criança, mesmo com as crianças pequenininhas, até com os bebês falamos. Então a criança vai ser instituída da família, a gente conversa: olha, o seu pai, sua mãe, não podem mais ficar com você e eles não vão poder ficar mais e vamos procurar para ver se conseguimos uma família nova. Quando eles estão disponíveis pra adoção sabemos que vão receber visitas de casais, de pessoas que querem adotar nós conversamos com as crianças também. É sempre procurando acolher e entender e ter uma relação aberta com a criança e conversar de acordo com cada faixa etária, é lógico. Então como ela pode entender e se pôr disponível para que ela possa perguntar, para que ela possa saber o que está acontecendo na vida dela.

Camila: Nesse aspecto, qual que você acha ser a maior dificuldade?

Marcela: Olha, eu acho que tem que ter uma dificuldade mesmo, né. Quando você precisa falar para a família e para criança que ela vai ficar separada da família dela e que a família não vai mais estar com ela, é difícil porque a criança, seja lá como for a família dela, a criança, na maioria das vezes quer estar com a família, com a mãe, com a avó, com o pai. Então isso é bastante difícil porque a criança sofre muito, é importante saber lidar com esse sofrimento da criança, de que ela vai ser separada da família. Outro momento é quando a criança já sabe disso e ela vai ficando muito tempo abrigada e ela vai sentindo que criança sai, crianças novas entram e que ela está lá disponível para adoção, mas não é adotada por alguma razão, porque já é maior, porque é grupo de irmãos e aí temos que lidar com o sofrimento daquela criança nesses momentos e elas muitas vezes mostram o sofrimento através das atitudes que elas têm: é uma criança muito fechada, a criança não come, a criança é agressiva, vai mal na escola, não participa das atividades e aí temos que fazer uma leitura disso e ir explicitando para criança como ela se sente: olha, eu entendo o que você está sentindo porque você gostaria de ter uma família nova, mas você não tem, mas vamos pensar na forma melhor de lidar com isso porque essa maneira que às vezes você age, agressivamente, se fechando, faz com que você não faça parte do que acontece e isso te deixa mais triste ainda. Ter um trabalho de conversar com a criança e mostrando pra ela como ela entende, além do que elas são encaminhadas para atendimento psicológico e entra-se em contato com os profissionais que atendem pra ajudar a criança a entender a situação dela. Então, é tudo muito... Não tem uma coisa que é mais ou menos difícil, cada

situação tem suas características. Ter que falar com a criança que ela não vai receber mais as visitas dos pais. Tem umas crianças que já vão com a visita proibida e elas querem saber onde estão os pais, por que não veio, aí elas choram, ficam muito tristes. Às vezes chegam e não comem, então a gente tem que fazer esse trabalho de primeiro entender a história, saber o que está acontecendo e à medida que a gente sabe vai mostrando à criança, principalmente é uma questão de acolhimento, de acolher o sofrimento dela, de aceitá-la como ela está para ajudar que ela possa ir se transformando à medida que vai continuando no abrigo e nós vamos auxiliando a entender. Às vezes a gente tem que ajudar as crianças a quererem ser adotadas porque às vezes elas veem de uma situação de risco, de abandono, de muito medo e quando elas são abrigadas passam por uma fase também de medo ou de não querer ficar. Depois elas vão percebendo o quanto elas vão sendo acolhidas, cuidadas, que lá tem pessoas que realmente se preocupam com ela e cuidam delas e elas têm medo de sair daquela situação, de ir para o novo. Já saiu de uma situação ruim e foi para outra que também era ruim a princípio e só depois dá aquela estabilizada, uma coisa mais equilibrada. E quando elas vão ser adotadas elas têm que sair dessa estabilidade e às vezes as crianças têm certa resistência nesse aspecto e a gente trabalha isso também. Trabalha pra ajudar a criança a aceitar a adoção, temos casos de crianças que são devolvidas, aí tem que trabalhar também, isso para que a criança não sinta que aquilo tem a ver com ela que na maioria das vezes, todas as vezes que uma criança é devolvida é porque foi uma falta de preparo de quem adotou e então a gente tem que deixar isso claro para criança, que ela entenda que não é culpa dela. Para ela não carregar mais um peso e também saber que por mais que a gente tente e procure mostrar para criança que não tem a ver com ela, isso mexe com a autoestima dela de uma maneira muito forte.

Camila: Você contou um pouco que seu trabalho é mais em grupo...

Marcela: Com as crianças é um trabalho de grupo mesmo, embora tenha o trabalho de você poder conversar, algumas crianças procuram para conversar. Quando você trabalha com crianças maiores, esse abrigo que eu estou agora não tem adolescente, mas quando têm adolescentes eles nos procuram para conversar, para falar de como eles estão se sentindo, o que eles querem, o que está acontecendo, às vezes eles colocam o psicólogo como intermediário ali entre a educadora, a direção da casa. Com os pequenos nós fazemos os trabalhos em grupos, são trabalhos de conscientização de si mesmo, de autoestima, através de leitura, brincadeiras, atividades que fazem com que as crianças comecem a aprender a se expressar e conviver num grupo mesmo.

Camila: E como é o trabalho personalizado?

Marcela: Como eu disse, quando tem necessidade o trabalho mais individualizado com a criança é um trabalho mais de conversar com ela, procurar ser alguém que ela pode confiar, conversar, mostrar o que ela tá sentindo, às vezes fazer um trabalho de ajudá-la a se entender. Então você conversa com a criança: olha, tá acontecendo tal coisa, como por exemplo, problemas sérios na escola de comportamento, de rendimento, de agressividade. Aí você conversa com a criança e é uma conversa que não é uma terapia, mas é algo que se torna terapêutico no sentido que eu estou ali com a criança com meu olhar de compreender o que está acontecendo com ela e ajudá-la a se perceber melhor e entender o que está acontecendo, de ser um espaço em que ela pode se colocar, que ela pode falar o que ela está sentindo, procuramos a fazer coisas que a criança aprenda a expressar o que ela está sentindo, a compreender o que ela sente e expressar. Então é como se fosse uma coisa de estar traduzindo para ela mesma aquilo que ela sente, então se ela está muito agressiva, se ela bate, se ela maltrata as outras crianças, os adultos que cuidam dela, a gente coloca: olha, o que é que você está sentindo? Tem que explicitar pra ela, ficar explícito o sentimento dela para começar a trabalhar esta mudança na própria criança pra que ela possa ao ser encaminhada para alguns atendimentos, ela possa estar mais voltada pra ela mesma. O trabalho psicoterapêutico com a criança é feito fora, quem vai trabalhar as questões emocionais da criança são os profissionais que trabalham fora, que elas são levadas. Porque nós já vimos que atendimento psicológico dentro do abrigo não tem resultado, porque é uma pessoa que tem vários vínculos, eu sou a pessoa que estou lá do lado da equipe técnica, estou com educadores. Então não vai dar para estabelecer um vínculo de terapia com essa criança porque ela vai falar: bom, será que eu posso falar, será que eu não posso? Então o atendimento mais individualizado é nesse sentido de conversar, de mostrar pra ela, de falar pra ela como ela tá, de falar que eu entendo, de tentar fazer ela se perceber, de tentar ir mudando as coisas dentro da casa.

Camila: Quais são as estratégias usadas para que as crianças tenham participação na comunidade?

Marcela: Junto com a assistente social a gente propõe, procura espaços, lugares, orienta as educadoras para saírem com as crianças, elas participam de tudo fora da casa. A grande maioria das coisas que elas fazem, então, elas vão pra religião, elas vão pra escola, elas vão para os passeios, elas fazem parte dos centros para criança e adolescentes. Tudo é orientado para ser feito fora da casa porque elas têm que viver perto da comunidade. Outra coisa, a gente procura que a criança seja abrigada o mais

perto possível da comunidade em que ela vive, em que ela já vive para que ela possa conviver com a comunidade. Nem sempre isso é possível, às vezes elas estão dentro de outros lugares, mas é preciso que a criança tenha contato com a comunidade. Quando os abrigos são em lugares que as crianças podem brincar fora, na rua, a gente orienta a educadora para que ela saia com a criança, vá brincar com ela. Quando não é em lugares assim, eu trabalho num abrigo que é aqui perto e não tem como as crianças brincarem na porta, então a gente orienta para que o educador leve para passear nos parques, que dá volta na rua, que saia com as crianças pequenininhas para sair, conhecer o lugar, para saber onde tem as coisas. Elas saem, passeiam, então procuramos espaços específicos para a criança conviver e orientamos as educadoras para façam com que as crianças participem, saibam onde é a padaria, onde é a farmácia... Quando vão buscar alguma coisa, para que as crianças irem juntos. Porque é importante que viva dentro da comunidade para que ela se sinta aceita, para que ela não seja estigmatizada mesmo, de que ela é uma criança diferente. Ela vive uma situação diferente naquele momento da vida dela, mas ela não é diferente que ninguém, ela tem que ser respeitada como uma criança. O adolescente, procuramos deixar que ele faça parte, que as crianças possam trazer os colegas da escola, possam levar para o abrigo, possam mostrar a casa delas, elas vivem em espaços que é como uma casa mesmo. Têm as diferenças, lógico, mas procuramos, orientamos, e principalmente eu como psicóloga, procuro orientar todo mundo da equipe técnica e os educadores o quanto isso é importante para o desenvolvimento saudável da criança, para a individualidade dela, para ela saber quem é ela, para ela construir a autoestima dela, isso é muito valorizado.

Camila: Mais ou menos quantas crianças tem no abrigo que você trabalha hoje?

Marcela: 17, a gente tem vaga para 17 crianças.

Camila: Dentre os princípios do ECA, quais, na sua opinião, funcionam e quais ainda não conseguiram ser implementados?

Marcela: As coisas que temos visto que ajudam no que vem do ECA são as normas mesmo. Como deve ser um abrigo, que tipo de profissional que tem que ter e quantos profissionais. Isso são coisas que vamos lendo e nos ajuda a construir um projeto político pedagógico de atendimento das crianças baseado no que está lá, isso ajuda porque norteia o trabalho desde espaço físico até que tipo de profissional que tem que ter, como o profissional tem que agir, qual é o papel de cada profissional, acho que isso ajuda muito. Eu acho assim, quando conseguimos seguir e interpretar e ver aquilo que está no ECA, isso sempre é uma coisa que ajuda. É que às vezes, algumas coisas têm que ser muito debatidas mesmo; então a questão familiar, o papel da família na vida

da criança, essas coisas são importantes que você mantenha. Mas às vezes dá certo desconforto quando você precisa seguir aquilo que está no ECA e a gente vai ter que mostrar que aquilo que tá lá não é aquilo que é o melhor para a criança. Então é uma questão que acaba, às vezes, de você ter que ter uma atitude que está lá e vemos que aquilo não é o melhor para aquela criança naquele momento. Mas de uma maneira geral, eu acho que o ECA veio para trazer um monte de benefícios. Como eu te disse, eu já trabalhei bem antes do ECA, então houve muitas transformações muito importantes para a criança que é institucionalizada; como a individualidade da criança que antigamente não tinha, o número de crianças em cada abrigo, como o abrigo deve lidar com as crianças, como o abrigo deve ser, abrigos não têm placa, não pode ter. E isso veem de normas que foram surgindo a partir do ECA e que o ECA determina a convivência da criança na comunidade, na convivência familiar... coisas que antes ficavam muito segregadas mesmo e as vezes eram estigmatizadas por serem crianças do abrigo, aquela placa enorme: lar isso, lar aquilo e as crianças eram estigmatizadas, eram discriminadas na escola e na comunidade, era visto como um espaço de crianças que tinham problemas e tem crianças que tem problemas e têm crianças que não tem, como qualquer criança. Então eu acho que isso foi muito importante no ECA, porque foi um estatuto que veio normatizar, foi normatizar mesmo. Abrigos que eram enormes tiveram que fechar e abrir unidades pequenas, as crianças têm que ter espaço, cada criança têm suas próprias coisas, suas próprias roupas e isso é de um ganho muito grande para as crianças, por quê? Eu já trabalhei em abrigos que tudo era igual, a roupa era de todo mundo, os espaços eram coletivos, então tinha um monte de blusas desse tamanho, um monte de calças, saias, sei lá, sapatos e nada é de ninguém e isso trazia um desconforto muito grande pra crianças porque ela se sentia... ela não tinha a própria individualidade. Isso era percebido em coisas bem simples, eu já fiz trabalhos em algumas instituições que queriam trazer essas crianças para um grupo, elas estavam sempre com alguma coisa na mão, um pedacinho de brinquedo, uma coisinha ou outra que elas pediam para guardar porque aquilo era tido como delas. E dentro dessa percepção o ECA tem o que? 24 anos... É muito pouco tempo. Então se você pensar em crianças que estiveram institucionalizadas antes disso elas sofreram muito por essas pequenas coisas, que parecem muito pequenas quando você tem sua casa, seu quarto, sua roupa ou se você não tem seu quarto, tem sua roupa ou se vem do irmão e você sabe que era dele e agora é seu; isso é muito banal pra quem vive tudo isso, mas para uma criança que não tem espaço, não tem individualidade, não pode ser ela mesma e é vista como que a história dela é vista como algo ruim, ter essa mudança é muito importante. Tem casas, até porque os abrigos podem ter vinte crianças até 22 quando tem necessidade de colocar

mais, não é para colocar mais do que isso e isso facilita o trabalho de conhecer aquela criança, aí ela vive num lugar que é a casa dela. Então não são grandes lugares, cada um tem seu espaço, eu acho que isso foi algo que através do ECA, os abrigos foram se reorganizando, se remodelando e isso facilitou muito, mudou muito a realidade das crianças e ajudou.

Camila: Quais são as dificuldades de seguir o ECA?

Marcela: Eu acho que assim, como eu disse, é que às vezes tem algumas coisas que estão lá que temos que questionar, temos que rever... Não consigo me lembrar de algo agora mais concreto. Mas principalmente as coisas relacionadas à família que às vezes achamos que a criança pode voltar e por alguma razão não dá ou o contrário. Mas de uma maneira geral nem tanto, eu acho que o importante é passarmos para os profissionais que trabalham na casa principalmente para os educadores, a importância do ECA para que eles conheçam e saibam como é. Mas de uma maneira geral, eu não tenho muitas dificuldades em trabalhar com o ECA.

Camila: Em geral, quais são as maiores dificuldades enfrentadas na atuação do psicólogo hoje nos abrigos?

Marcela: Eu acho que a maior dificuldade é você trabalhar com os profissionais da casa, com a equipe técnica, às vezes. No meu caso não, eu tenho uma boa relação com a equipe técnica nesta instituição, mas já tive em outras que foi mais difícil porque as pessoas não conseguem entender que o nosso trabalho, o trabalho do psicólogo na instituição é um trabalho de entender aquela criança, de entender o emocional dela, da gente usar o nosso conhecimento do desenvolvimento infantil para compreender aquela criança. Então às vezes as coisas não são tidas como muito sérias, as pessoas não aceitam, acham que elas podem agir como elas quiserem, não conseguem entender que quando você fala com a criança, como se deve falar, de que maneira um olhar, uma atitude agressiva pode causar uma dificuldade muito grande para aquela criança e pode mexer muito com a autoestima dela; às vezes isso é muito difícil de ser passado. No abrigo que eu estou com a equipe técnica isso não acontece, a coordenação é aberta a ouvir as nossas, as minhas sugestões e a entender qual é a necessidade da criança emocionalmente falando. Mas os educadores têm algumas dificuldades às vezes, não porque elas não aceitam, mas parece uma dificuldade de compreensão mesmo porque nem sempre se tem um profissional muito qualificado para trabalhar, alguém que nós capacitamos, trabalhamos, mas às vezes eles têm dificuldades de entender coisas que às vezes, a meu ver, parecem bastante simples, de como você fala com a criança, que tem olhar pra ela, que tem que considerar que você não pode... Tem que entender que a

criança tem sua individualidade e que apesar de ela estar abrigada ela é uma pessoa, ser um ser humano. Parece muito óbvio, mas nem sempre o profissional vê e então, isso às vezes gera um rotatividade de profissionais, principalmente de educadores porque aí a gente vai vendo que ele não é adequado, não tem perfil. Traçar o perfil do profissional e conseguir recrutar, selecionar o profissional dentro daquele perfil, passar à pessoa a consciência do trabalho que ela tem, que o trabalho dela é um trabalho com o ser humano e em desenvolvimento. Como no nosso caso o abrigo tem bebês, então o primeiro ano de vida é extremamente importante para o desenvolvimento saudável da criança, e a relação mãe e filho é a relação mais importante e muitas daquelas crianças são abrigadas com dias e a relação que elas vão ter vai ser essa relação de maternagem, de alguém que está lá para fazer essa maternagem na criança e nem sempre isso é muito fácil de ser passado. Acho que essa é uma das maiores dificuldades.

Camila: Como você se preparou para este trabalho?

Marcela: É como eu te disse, eu comecei um trabalho fazendo, estagiando, conhecendo, indo sem nem saber o que era. Aí fiz muitas leituras, fiz capacitações, cursos e comecei como voluntária e fui vendo como aquilo acontecia e sempre comecei a trabalhar em abrigo como voluntária e não como psicóloga e fui entendendo o trabalho. Já trabalhei também como voluntária em outras situações e fui conhecendo a relação que existia e fui entendendo, fui pesquisando, fui estudando, fui fazendo esses trabalhos e fui vivendo na experiência mesmo. Fui vivendo toda a experiência de entender isso, então foi através das leituras dos textos, do ECA, as orientações técnicas e você vai entendendo o que é esse universo.

Camila: Que sugestões você daria para a atuação do psicólogo que se dispõe a trabalhar em abrigos?

Marcela: Eu acho que conhecer. Se puder faça um trabalho voluntário sem se preocupar se é um trabalho como psicólogo, um trabalho voluntário de conhecer a instituição, ler, pesquisar a respeito, conhecer o ECA, conhecer as orientações técnicas que através do ECA dá para saber quais são. Ter uma disponibilidade principalmente de trabalhar com situações muito difíceis, com histórias de vida muito pesadas e complicadas mesmo porque são histórias muito pesadas, de abuso de crianças de três anos de idade, de maus tratos, de crianças que apanham, de bebês que apanham que foram abrigados porque a mãe tava drogada e bateu. E principalmente de trabalhar preconceito, de trabalhar saber que é uma instituição que tem como objetivo proteger as crianças que estão sofrendo situações e que estão sendo afastadas das famílias, não ter preconceito em relação àquela criança, não ter nenhuma ideia pré-concebida em relação

à criança: ah, é abrigo, então... Não ter preconceitos em relação a criança, em relação a família, é trabalhar isso mesmo. Não ter sentimento de pena, de você: ah, coitadinha daquela criança, coitada daquela família. É um trabalho de troca de afeto mesmo, tem que ter empatia, de realmente conseguir se colocar no lugar do outro e conseguir entender e trabalhar assim mesmo. Eu acho que é um trabalho extremamente importante porque mexe com o desenvolvimento da criança e mexe com a emoção cada um; como cada pessoa viveu a sua infância, sua adolescência, como foi a relação com a família, que tipo de família ela tem. E até pensando nisso a gente vê que muitas das trabalhadoras, que a maioria são mulheres, que são educadoras já viveram situações de abandono familiar, já foram abrigadas, já viveram situações difíceis. Então temos que estar prontas para trabalhar essas coisas, para lidar com emoções muito fortes. Então eu acho que é importante que tenha um investimento, um conhecimento pessoal também, cada psicólogo de conhecer, entender sua história, lidar com suas questões e ter um conhecimento técnico mesmo, poder ter um embasamento técnico, ler a respeito, fazer cursos e trabalhar tudo que for possível mesmo. Então é conhecimento teórico, técnico, prático e conhecimento pessoal. O conhecimento pessoal ajuda muito você compreender, poder ter a possibilidade de inverter papel com aquelas pessoas e com aquelas crianças e entender o que acontece com elas, acho que o mais importante é isso.

Camila: Como você vê a importância do psicólogo?

Marcela: O psicólogo está lá para compreender e entender o que acontece com a criança para saber, para conseguir passar que os traumas, as experiências de vida da criança causam alguma coisa com a vida delas, mexe com o emocional, com o comportamento, com a autoestima delas. O nosso papel é muito importante nesse sentido, para você compreender a própria criança, auxiliar a própria criança e também pra ajudar o profissional que trabalha na casa a entender isso, a aceitar e saber lidar com a criança devido aquilo por conta da história de vida que ela tem. Acho que isso é importante, é compreender mesmo o que é o desenvolvimento infantil, poder passar pra educadora que cada fase tem uma característica e que isso é natural, que tem um desenvolvimento normal que acontece mesmo, como que é o bebê, porque ele é daquela maneira, como se dá a relação do bebê com as pessoas, como ele percebe o mundo, como a criança maiorzinha está vendo isso. Então é passar mesmo como é o desenvolvimento infantil, desenvolvimento da linguagem, do pensamento, desenvolvimento do sentimento, como que elas compreendem as coisas para que elas entendam como elas têm que lidar com aquelas crianças porque são várias crianças, cada uma com sua história. Passar pra elas e também acolher o profissional dentro da casa para lidar com as angústias que eles têm também, porque é angustiante viver essas

coisas. Como eu disse, é um trabalho que mexe com as emoções de todo mundo, mexe com os sentimentos das pessoas de uma maneira geral. Então tem que ajudar o profissional a lidar com suas angústias, com aquilo que ele sente, com aquilo que aquela atitude da criança causou nele. Então é esse papel que eu acho extremamente importante.

Camila: Os educadores recorrem muito a você quando eles estão com essa angústia?

Marcela: Como a gente tem um trabalho mensal de conversar, nessas reuniões mensais eles trazem mesmo como eles se sentem, como se trabalha temas como agressividade muito grande, sexualidade. Então você tem que trabalhar com coisas de que algumas coisas são dentro do desenvolvimento da criança mesmo. Uma criancinha de dois, três anos, elas mordem mesmo, isso não é porque ela é ruim, maldosa, é porque é assim mesmo, porque é assim que ela sabe mostrar o que ela tá sentindo. E que crianças lá de três, quatro, cinco, seis anos manipulam os órgãos genitais e que isso é normal, é natural. Nós vamos mostrando para elas o que não é, como elas tem que lidar, elas trazem às vezes: olha não sei como lidar, não sei o que fazer com essa criança. E procuramos trabalhar orientando como fazer e também orientando para ela lidar com o que elas sentem, para trabalhar. Como a gente tem essa reunião mensal, a gente também conversa com as educadoras, pelo menos a cada quinze dias a gente tá conversando com as educadoras, mais ou menos meia hora para conversar com cada uma delas, aí elas trazem também. A gente procura trazer, conhecer um pouco da história delas, conhecer como elas se sentem, saber como elas se sentem quando a criança é agressiva, o que elas têm vontade de fazer, orientar o que deve ou não ser feito, de maneira alguma a criança pode apanhar nem nada disso. Então a gente orienta, mas trabalha também como a pessoa se sente, se dá vontade de bater, coisas desse tipo. Então a gente procura fazê-las entender primeiro como é o desenvolvimento, como uma criança acontece, como a institucionalização mexe com a criança e pra elas tomarem um contato com o sentimento delas também.

Camila: Você tem alguma sugestão?

Marcela: Se você tiver oportunidade de conhecer um abrigo de conhecer, de ver como é. Você já foi a um abrigo pra saber como são as instalações, como são as coisas?

Camila: Já fui sim.

Marcela: Acho que é legal saber e conhecer as crianças, conhecer... Acho que isso vai te ajudar a entender melhor, a viver essa história, viver essa situação mais que o teórico, do que cada um está dizendo. Se puder, tiver algum abrigo que tenha uma abertura que você possa ir, fazer alguma atividade, sugerir alguma coisa. No sentido de

que, como, nós temos e aceitamos voluntários e pedimos que os voluntários que participam da casa passem pelo Centro do Voluntário Paulista, que é uma entidade que passa para os voluntários o que é ser voluntário. E a gente tem voluntário para todo tipo de coisa, tem voluntário para ficar com as crianças, voluntário para ajudar na casa, voluntário para passar roupa, ajudar a limpar, essas coisas todas e a gente mostra para o voluntário a importância dele dentro daquela casa. Então eu acho que a sugestão é que você possa conhecer o ECA, conhecer o que é falado lá sobre abrigos, como deve ser, como os abrigos devem funcionar, ler a respeito disso e conhecer o abrigo mesmo, conhecer, o tempo que você puder estar junto, conhecer as crianças, ver como elas são e eu acho que isso vai te ajudar a estar entendendo melhor a situação e vivenciando isso mesmo, vivendo de perto.

Camila: Gostaria de agradecer você pela sua disponibilidade, com certeza foi de grande ajuda.

Marcela: Se precisar de mais alguma coisa, tudo bem. O objetivo é ajudar e se você tem interesse por essa área pode buscar trabalhar nessa área e se você conhece a gente pode ajudar, já tem uma experiência um pouco maior então pode ajudar a vir profissionais que podem estar ajudando as crianças que esse sempre é nosso objetivo. As crianças estão em desenvolvimento e precisam muito de pessoas que compreendam e que têm o objetivo de fazer coisa que possam ajudar elas a viverem melhor.

Camila: Obrigada!